

SUMÁRIO

1	METODOLOGIA	3
1.1	Estratégia de identificação e de operacionalização	4
2	RESULTADOS	15
2.1	Análise descritiva dos lobistas	15
2.2	Análise descritiva do tratamento	21
2.2.1	Heterogeneidade entre domínios de política pública	25
2.2.1.0.1	Análise corrigida da inflação de zeros	28
2.2.2	Síntese e implicações metodológicas	30
2.3	Análise de efeitos do lobby	32
2.3.0.1	Teste da hipótese 2: Uma Análise Decomposta do Efeito do Lobby . . .	40
2.3.0.2	Teste da hipótese 3: O Efeito do Lobby em Temas Salientes	45
	REFERÊNCIAS	49

1 METODOLOGIA

Este capítulo dedica-se a apresentar a proposta metodológica da tese. Como vimos, estudar os efeitos do lobby apresenta desafios metodológicos importantes. Primeiro, sistematizemos os seis principais complicadores para identificar os efeitos do lobby; em seguida, apresento a proposta de desenho metodológico para buscar essa identificação.

O primeiro desafio, que podemos chamar de "o problema da persistência temporal", relaciona-se com o fato de que o montante dos esforços de lobby ao longo do tempo tende a ser constante (FIGUEIREDO; RICHTER, 2014). Por conta disso, alguns métodos de análise de dados em painel, que exigem variação nas variáveis de interesse, cujo objetivo seja medir os efeitos do esforço de lobby, pode não obter a variabilidade necessária.

A segunda complicação metodológica, ou "o problema do viés de seleção", refere-se ao fato de que a escolha dos alvos dos lobistas não é aleatória. Os lobistas tendem a escolher como alvos prioritários parlamentares aliados (KOLLMAN, 1998; CALDEIRA; HOJNACKI; WRIGHT, 2000; HOJNACKI; KIMBALL, 2001) ou neutros (HOLYOKE, 2003; KELLEHER; YACKEE, 2009; BERTRAND; BOMBARDINI; TREBBI, 2014; GAWANDE; KRISHNA; OLARREAGA, 2012) que tenham posições importantes na tramitação de determinado projeto (MARSHALL, 2010).

O terceiro desafio, que pode ser denominado de "o problema do lobby contra-ativo", diz respeito a possibilidade de que, mesmo que um grupo não obtenha sucesso, não quer dizer que ele não tenha influência. Pode significar que houve um esforço de lobby no sentido contrário que obteve sucesso (AUSTEN-SMITH; WRIGHT, 1996).

O quarto obstáculo, ou "o problema das faces do poder", dispõe que o lobby pode agir em diferentes etapas do processo de decisão, seja na formação da agenda (BACHRACH; BARATZ, 1962), seja na sua implementação.

A quinta dificuldade, ou "o problema das variáveis omitidas" (FIGUEIREDO; RICHTER, 2014), está relacionado a possibilidade de que variáveis importantes podem não ser observadas. Como exemplo, podemos citar a habilidade de negociação de cada lobista. Outra possibilidade relacionada a esse desafio é caso os lobistas queiram pressionar de maneira não transparente.

Por fim, a sexta complicação, que chamemos de "o problema dos canais de influência", refere-se a capacidade de que os lobistas tem de agir em diferentes canais (DÜR, 2008). Eles podem optar desde lobby direto a campanhas de pressão perante a opinião pública, ou *outside lobbying* (KOLLMAN, 1998). Além disso podem mesmo agir na própria seleção dos tomadores de decisão (FORDHAM; MCKEOWN, 2003). A seguir, analisemos a proposta para a identificação do efeito do lobby no comportamento parlamentar.

1.1 ESTRATÉGIA DE IDENTIFICAÇÃO E DE OPERACIONALIZAÇÃO

A análise causal dos efeitos do lobby enfrenta desafios significativos, conforme discutido. Para superá-los, esta tese adota uma estratégia de identificação que combina um foco analítico restrito com um modelo empírico robusto, fundamentado no *framework* de análise do comportamento parlamentar (??).

A variável dependente utilizada, portanto, é a Atividade Legislativa (AL), operacionalizada como o número de perguntas parlamentares que um MPE (i) apresenta em um determinado domínio temático (d) e período (t). A escolha por focar no comportamento parlamentar, em vez de resultados de políticas públicas, reduz a complexidade da cadeia causal e aproxima a análise da ação individual do legislador.

Esta escolha é amplamente respaldada pela literatura sobre o Parlamento Europeu, que demonstra que as perguntas parlamentares são um instrumento multifacetado. Uma primeira vertente teórica, baseada na literatura de agente-principal, enxerga as perguntas como um mecanismo de fiscalização e responsabilização (JENSEN; PROKSCH; SLAPIN, 2013; MARICUT-AKBIK, 2020; MARTIN, 2013).

Nessa perspectiva, os legisladores (o principal) delegam poder à burocracia (o agente), mas utilizam instrumentos como as perguntas para monitorar suas ações, especialmente em temas de alta saliência política (MCCUBBIN; SCHWARTZ, 1984; SAALFELD, 2000; STRØM, 2000; KOOP, 2011).

Uma segunda vertente foca nas perguntas como um mecanismo de sinalização e posicionamento político. Nessa visão, a atividade parlamentar é menos sobre a fiscalização e mais sobre estratégia: os parlamentares utilizam as perguntas para expressar preferências, sinalizar seus interesses para a liderança partidária, eleitores e grupos de interesse, sendo uma ferramenta valiosa especialmente para a oposição (MARTIN, 2013; OTJES; LOUWERSE, 2017; PROKSCH; SLAPIN, 2010; BEVAN; BORGHETTO; SEEBERG, 2023; NAVARRO; KELBEL, 2022). Por serem uma forma de baixo custo para demonstrar atividade e engajamento em temas específicos, as perguntas tornam-se um indicador sensível da alocação de atenção e esforço de um parlamentar, funcionando como uma excelente proxy para medir mudanças no ativismo legislativo em resposta a estímulos externos, como o lobby.

A variável de tratamento, ou esforço de lobby (L), é mensurada pelo número de reuniões que o MPE i teve com lobistas com interesse no domínio d no período t . Os dados são extraídos dos registros públicos do Parlamento Europeu. A escolha por essa operacionalização, embora não capture a totalidade dos canais de influência (DÜR, 2008), se justifica pela centralidade do contato direto na atividade de lobby. A literatura define o lobby como a transferência de informações por meio de encontros privados (FIGUEIREDO; RICHTER, 2014) e, no contexto da UE, as táticas que envolvem engajamento face a face são consideradas particularmente eficazes (HUWYLER; MARTIN, 2022). Com o fortalecimento do PE como arena decisória, garantir acesso direto a parlamentares influentes, como relatores, tornou-se uma estratégia prioritária para os grupos de interesse (KLÜVER; BRAUN; BEYERS, 2015; MARSHALL, 2010). Portanto, o número de reuniões funciona como uma proxy robusta e observável para a intensidade do esforço de lobby direcionado a legisladores individuais, refletindo o investimento em um dos recursos mais valiosos para os lobistas: o acesso e as conexões relacionais.

A relação entre o esforço de lobby e a AL é estimada por meio de um modelo

de Poisson Pseudo Maximum Likelihood (PPML). O método, popularizado por Silva e Tenreyro (2006) para modelos de gravidade no comércio internacional, cuja fundamentação teórica remonta a Anderson (1979), é uma forma de Generalized Linear Model (GLM) robusto para dados de contagem, especialmente na presença de muitos zeros. O modelo é estimado por meio de uma distribuição quasi-Poisson com uma função de ligação logarítmica, o que evita os vieses que podem surgir da transformação logarítmica da variável dependente em modelos de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), uma questão comum com dados de contagem. Para a estimação, será utilizada a linguagem de programação estatística R, especificamente a função ‘fepois’ do pacote ‘fixest’, que é altamente eficiente para estimar modelos Poisson com efeitos fixos de alta dimensão. A especificação do modelo, baseada no *framework* teórico, é a seguinte:

$$AL_{idt} = \beta L_{idt} + \gamma_{ct} + \lambda_{pt} + \theta_{dt} + X'_{it}\delta + \epsilon_{idt} \quad (1.1)$$

Onde:

- AL_{idt} é a contagem de perguntas do eurodeputado i no domínio d no mês t ;
- L_{idt} é a contagem de reuniões de lobby do eurodeputado i no domínio d no mês t ;
- β é o coeficiente de interesse, que captura o efeito médio de uma reunião adicional sobre a produção de perguntas;
- γ_{ct} , λ_{pt} e θ_{dt} são efeitos fixos de alta dimensão;
- X'_{it} é um vetor de controles individuais;
- ϵ_{idt} é o termo de erro.

O componente central da estratégia de identificação reside nos efeitos fixos, que absorvem uma vasta gama de fatores de confusão observáveis e não observáveis, alinhando-se diretamente às três dimensões do comportamento parlamentar identificadas no *framework* teórico:

- **Efeito fixo de país-tempo (γ_{ct}):** Captura qualquer choque ou tendência comum a todos os parlamentares de um mesmo país c em um dado período t . Isso controla por fatores como eleições nacionais, mudanças na opinião pública do país ou estratégias de política externa que poderiam afetar o ativismo de seus representantes.
- **Efeito fixo de partido-tempo (λ_{pt}):** Absorve choques comuns a todos os membros de um partido político europeu p no tempo t , como mudanças na liderança do partido, alterações na plataforma ideológica ou estratégias coordenadas de atuação.
- **Efeito fixo de domínio-tempo (θ_{dt}):** Controla por fatores que afetam a saliência de um domínio temático d no tempo t para todos os parlamentares, como crises políticas, novas diretivas da Comissão Europeia ou eventos de grande repercussão midiática.

Ao incluir essa estrutura de efeitos fixos, a identificação do coeficiente β se dá a partir da variação do número de reuniões *dentro* de um mesmo parlamentar ao longo do tempo, após controlar por todas as fontes de variação comuns ao seu país, partido e aos temas em que atua.

A especificação econométrica adotada permite mitigar os principais desafios metodológicos da literatura. Primeiramente, a abordagem lida com o **viés de seleção e o problema das variáveis omitidas**, considerados os desafios mais críticos. Os lobistas não escolhem seus alvos aleatoriamente; a seleção baseia-se em alinhamento prévio, posição em comitês ou influência. A estratégia de efeitos fixos controla grande parte desses critérios de seleção: fatores não observáveis e estáveis do parlamentar (como sua ideologia ou competência intrínseca) são absorvidos, enquanto fatores variantes no tempo são capturados pelos efeitos fixos de país-tempo, partido-tempo e domínio-tempo. A premissa de identificação é que, uma vez controlados esses fatores, a variação residual no número de reuniões que um parlamentar recebe é exógena à sua produção legislativa.

Para além dos efeitos fixos, o modelo inclui um vetor de variáveis de controle (X'_{it}) que capturam características individuais e variantes no tempo do parlamentar,

com especial atenção para os cargos que ocupa. Variáveis *dummy* indicam se o eurodeputado exerce funções de liderança, como a presidência de comissões, delegações ou grupos de trabalho. A inclusão desses controles é crucial para a estratégia de identificação, pois tais posições de poder são um critério central na seleção de alvos pelos lobistas e, ao mesmo tempo, podem influenciar diretamente o ativismo legislativo do parlamentar. Ao controlar por essas posições, isolamos o efeito do lobby de um importante fator de confusão, fortalecendo a premissa de que a variação residual no número de reuniões é exógena.

Adicionalmente, o modelo contorna o problema da **persistência temporal**. Como a estimação utiliza apenas a variação intra-parlamentar, o fato de alguns parlamentares receberem consistentemente mais lobby do que outros não enviesaria a estimativa de β . O efeito é identificado a partir de parlamentares que alteram seu nível de engajamento com lobistas ao longo do tempo. A questão do **lobby contra-ativo** também é endereçada, uma vez que a variável de tratamento (L_{idt}) representa o volume total de reuniões, sem distinguir a direção da pressão. Assim, o coeficiente β estimado representa o efeito *líquido* de uma reunião adicional. Para explorar a heterogeneidade desse efeito, o modelo é também estimado separadamente para diferentes tipos de lobistas (e.g., empresariais, ONGs), permitindo analisar se a natureza do grupo de interesse altera o resultado.

Finalmente, em relação às múltiplas **faces do poder e canais de influência**, esta pesquisa delimita seu escopo para um canal (lobby direto via reuniões) e um tipo de resultado (ativismo legislativo). Essa delimitação é uma escolha metodológica deliberada para obter maior validade interna e uma identificação causal mais crível, ainda que se reconheça que o lobby opera por múltiplos canais e visa a diferentes resultados.

Em suma, a estratégia de identificação se baseia em um modelo de painel com efeitos fixos de alta dimensão que exploram a estrutura de variação dos dados (parlamentar, país, partido, domínio e tempo) para isolar o efeito do lobby de inúmeros fatores de confusão, conforme fundamentado pelo *framework* de análise do comportamento parlamentar. Para testar a primeira hipótese (H1) — de que MPEs sujeitos a maior pressão de lobby exibem maior Atividade Legislativa (AL) — foi empregada a estratégia de identificação detalhada na Seção 1.1. O

teste empírico baseia-se na estimação do modelo de Poisson Pseudo Maximum Likelihood (PPML) apresentado na Equação 1.1, que utiliza o número de perguntas parlamentares como variável dependente e o número de reuniões com lobistas como a principal variável de tratamento.

A escolha pelo PPML, estimado com a função ‘fepois’ do pacote **fixest** em R, justifica-se pela natureza da variável dependente (dados de contagem com excesso de zeros), evitando os vieses de modelos lineares com transformações logarítmicas. A hipótese H1 é corroborada se o coeficiente de interesse, β , associado à variável de reuniões de lobby (L_{idt}), for positivo e estatisticamente significativo. Os erros padrão foram clusterizados no nível de domínio-tempo para corrigir a possível autocorrelação nos resíduos dentro de cada área temática ao longo do tempo.

Adicionalmente, para investigar a possibilidade de retornos marginais decrescentes, foi estimado um modelo quadrático, adicionando o termo de reuniões ao quadrado (L_{idt}^2) à especificação. Este modelo, apresentado na Equação 1.2, permite verificar se o efeito do lobby se atenua em níveis mais altos de intensidade.

$$AL_{idt} = \beta_1 L_{idt} + \beta_2 L_{idt}^2 + \gamma_{ct} + \lambda_{pt} + \theta_{dt} + X'_{it}\delta + \epsilon_{idt} \quad (1.2)$$

Um coeficiente β_2 negativo e significativo indicaria que, embora reuniões adicionais aumentem a atividade legislativa, o impacto de cada nova reunião é progressivamente menor. Isso sugere a existência de um ponto de saturação, a partir do qual o esforço de lobby adicional perde eficácia.

Por fim, para explorar a heterogeneidade do efeito entre diferentes áreas de política pública, o modelo PPML principal foi estimado separadamente para cada um dos domínios temáticos. Essa análise permite avaliar se a influência do lobby é um fenômeno homogêneo ou se sua magnitude e significância variam conforme o contexto temático em que o MPE atua.

Para testar a segunda hipótese (H2) — de que as empresas exercem influência agregada superior sobre a Atividade Legislativa (AL) quando comparadas a outras categorias de atores — adotamos uma estratégia em duas etapas que espelha os dois mecanismos centrais do lobby: (i) *persuasão por reunião* e (ii) *acesso via volume de reuniões*. Essa decomposição permite separar a eficácia marginal de

cada encontro do poder de garantir encontros em maior quantidade.

Primeiro, estimamos a eficácia marginal de uma reunião por tipo de ator com um modelo Poisson Pseudo Maximum Likelihood (PPML), compatível com a especificação base (Seção 1.1). Depois, modelamos o volume de acesso com uma regressão Binomial Negativa sobre dados de contagem de reuniões por lobista. Por fim, aproximamos o efeito agregado multiplicando o efeito marginal por reunião previsto pelo PPML pelo número esperado de reuniões previsto pelo modelo de acesso.

Reutilizamos a especificação central do PPML (pacote `fixest`, função `fepois`), incluindo efeitos fixos de alta dimensão de país-tempo, partido-tempo e domínio-tempo, e o mesmo vetor de controlos individuais X'_{it} utilizado em H1. Para comparar a eficácia por tipo de ator, substituímos a variável de tratamento L_{idt} por versões alternativas que isolam o número de reuniões atribuíveis a cada categoria: Empresas, ONGs e Outros. A especificação estimada é

$$AL_{idt} = \beta^{(k)} L_{idt}^{(k)} + \gamma_{ct} + \lambda_{pt} + \theta_{dt} + X'_{it} \delta + \epsilon_{idt}, \quad k \in \{\text{Business, NGOs, Other}\} \quad (1.3)$$

onde $\beta^{(k)}$ é o coeficiente de interesse para o tratamento k . Os erros padrão são clusterizados em domínio-tempo, mitigando correlações intracluster ao longo do tempo dentro de cada área temática. A evidência a favor de maior eficácia marginal por reunião para um dado tipo de ator decorre de um $\beta^{(k)}$ maior e estatisticamente significativo. Os resultados desta etapa subsidiam a Figura de comparação de tratamentos e a Tabela de coeficientes.

O PPML é apropriado para dados de contagem com muitos zeros e evita vieses de transformações logarítmicas em MQO. A estrutura de efeitos fixos (país-tempo, partido-tempo e domínio-tempo) aborda choques comuns e heterogeneidade não observada correlacionada com a variável de tratamento, preservando identificação na variação intra-parlamentar ao longo do tempo, conforme discutido na Seção 1.1.

Para captar o componente de acesso, estimamos o número de reuniões por lobista com um modelo Binomial Negativo (`MASS::glm.nb`), apropriado para contagens com sobredispersão. A variável dependente é o total de reuniões realizadas

pelo lobista, explicada por: (i) categoria do ator (ONG, Empresa, Outros), (ii) orçamento máximo de lobby em log, (iii) interação entre categoria e orçamento, e (iv) controles setoriais de atuação do lobista e país da sede. Para interpretação limpa, recentramos o orçamento em seu valor médio. Em termos funcionais:

$$\mathbb{E}[\text{meetings}_\ell \mid Z_\ell] = \exp \left(\alpha_0 + \alpha_1 \mathbb{I}\{\text{Business}\} + \alpha_2 \ln B_\ell + \alpha_3 \mathbb{I}\{\text{Business}\} \cdot \ln B_\ell + W'_\ell \eta \right), \quad (1.4)$$

onde ℓ indexa lobistas, B_ℓ é o orçamento, W_ℓ agrega os controles e a interação permite que o efeito do orçamento sobre o número de reuniões varie por categoria. Este modelo gera previsões de reuniões esperadas por categoria e nível de orçamento, que embasam as figuras e tabelas correspondentes.

Combinamos as duas etapas para aproximar o impacto total do lobby por categoria e orçamento:

$$\text{Efeito total}_{(k,B)} \approx \underbrace{\mathbb{E}[\text{reuniões} \mid k, B]}_{\text{Acesso}} \times \underbrace{\beta^{(k)}}_{\text{Persuasão por reunião (PPML)}}. \quad (1.5)$$

Essa métrica captura a ideia de que influência política depende tanto da eficácia marginal de cada encontro quanto da capacidade de produzir muitos encontros. A interpretação requer a premissa de *separabilidade* entre os processos de acesso e persuasão: condicionais às variáveis observadas (e aos efeitos fixos na Etapa 1), os fatores não observados que afetam a capacidade de agendar reuniões não devem enviesar sistematicamente a eficácia por reunião. Discutimos essa premissa e suas implicações na seção de resultados.

Toda a estimação foi conduzida em R. A Etapa 1 utiliza `fixest::fepois` com efeitos fixos de país-tempo, partido-tempo e domínio-tempo, controles individuais detalhados e *cluster* de erros em domínio-tempo. A Etapa 2 utiliza `MASS::glm.nb` com controles setoriais e geográficos, além da interação categoria \times orçamento. As figuras e tabelas foram exportadas para `Tese/figures/h2_test` e `Tese/tables/h2_test`, respeitando o padrão do projeto. A discussão substantiva dos resultados e sua interpretação estão em `Tese/main/cap4-resultados/h2.tex`.

Para testar a terceira hipótese (H3) — de que, em temas mais salientes, o lobby não empresarial (ONGs) é relativamente mais eficaz do que o lobby empresarial

— estendemos a especificação PPML com efeitos fixos (Seção 1.1) para incorporar uma medida de saliência do tema e suas interações com o tipo de ator.

A saliência é operacionalizada como o volume total de reuniões de lobby observadas em cada combinação domínio-tempo, transformado por $\log(1+x)$ para lidar com zeros e reduzir assimetria, e posteriormente padronizado para média zero e desvio-padrão um (`salienc_std`). Esta escolha alinha-se à literatura que utiliza intensidade de atividade como proxy de saliência agregada do tema e permite interpretar os coeficientes de interação como variações no efeito marginal ao longo do gradiente de saliência.

Mantemos os mesmos efeitos fixos de alta dimensão e o vetor de controles individuais utilizados em H1 e H2 (país-tempo, partido-tempo e domínio-tempo; ver 1.1). A novidade é a inclusão de termos de interação entre o número de reuniões atribuíveis a cada categoria de ator e a saliência padronizada. A forma geral estimada é:

$$AL_{idt} = \sum_{k \in \{\text{Business}, \text{NGOs}, \text{Other}\}} \left[\beta_k L_{idt}^{(k)} + \phi_k L_{idt}^{(k)} \cdot \text{Sal}_{dt} \right] + \gamma_{ct} + \lambda_{pt} + \theta_{dt} + X'_{it} \delta + \epsilon_{idt} \quad (1.6)$$

onde $L_{idt}^{(k)}$ é o número de reuniões do MPE i com a categoria k no domínio d e tempo t , e Sal_{dt} é a saliência (padronizada) do domínio d no tempo t . Os termos β_k capturam o efeito marginal por reunião quando a saliência está no seu valor médio, enquanto ϕ_k capturam como esse efeito varia com a saliência. Erros-padrão são clusterizados em domínio-tempo para acomodar correlação serial dentro de cada área temática.

A identificação repousa na variação intra-parlamentar ao longo do tempo, com choques comuns de país, partido e domínio absorvidos pelos efeitos fixos. Um ϕ_{NGOs} menos negativo (ou mais positivo) do que ϕ_{Business} indica que, à medida que a saliência aumenta, o efeito marginal das ONGs se deteriora mais lentamente ou permanece mais resiliente que o das empresas, implicando uma vantagem relativa em temas sob maior escrutínio.

Estimamos o modelo com `fixest::fepois`, preservando os controles e efeitos fixos das hipóteses anteriores e `cluster` em domínio-tempo. As tabelas e fi-

guras associadas ao teste da H3 são exportadas para `Tese/tables/h3_test` e `Tese/figures/h3_test`, e a análise substantiva encontra-se em `Tese/main/cap4-resultados/h3.tex`.

2 RESULTADOS

Capítulo dedicado a apresentar os resultados da tese.

2.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS LOBISTAS

Avaliação da distribuição dos lobistas registrados junto às instituições europeias.

Tabela 1 – Distribuição de organizações por categoria

Categoria	Total	(%)
Empresas	5.770	46,3
ONGs	3.480	27,9
Outros	3.218	25,8

A Tabela acima apresenta a composição do universo de lobistas por categoria organizacional. Observa-se o predomínio de entidades empresariais e organizações da sociedade civil. A categoria *Outros* abrange uma variedade de organizações, incluindo representações governamentais, universidades, sindicatos, associações profissionais, *think tanks*, consultorias profissionais, instituições acadêmicas, redes de autoridades públicas, organizações religiosas, escritórios de advocacia e entidades estabelecidas por países terceiros, conforme a classificação detalhada no registro de transparência.

O resultado reforça assimetrias moderadas entre categorias e não sugere concentração extrema em um único tipo organizacional. Em termos substantivos, isso indica competição horizontal por acesso e agenda entre perfis empresariais e societais.

A distribuição geográfica evidencia forte concentração em Estados-Membros centrais: Bélgica (18,2%), Alemanha (14,0%) e França (9,3%). Países como Países Baixos, Espanha, Reino Unido e Itália aparecem na sequência (6% cada). Nota-se presença extracomunitária não desprezível. Cerca de 19% são de países não

membros da UE (com destaque para os Estados Unidos, com 4,5% dos lobistas registrados), sinalizando a atratividade regulatória do mercado europeu.

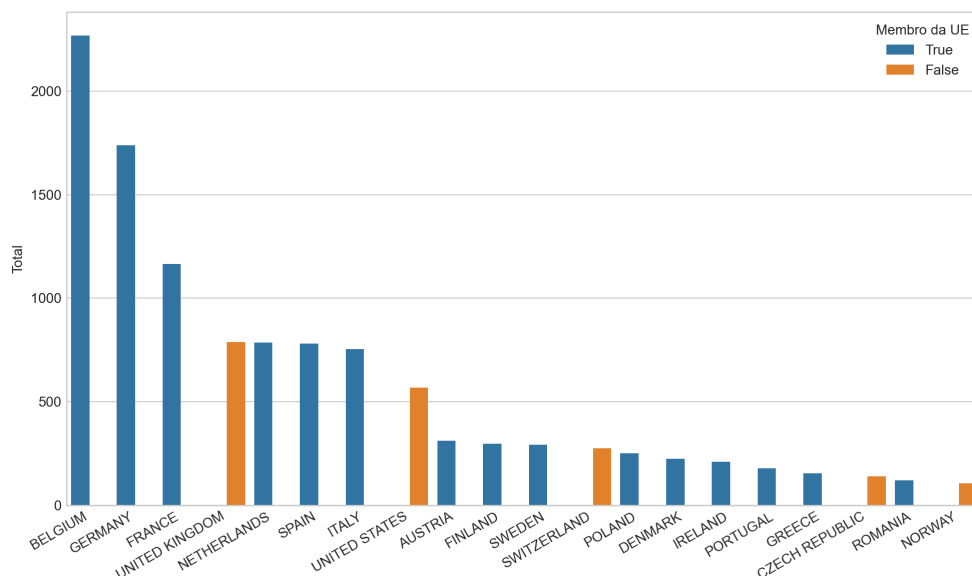


Figura 1 – Top 20 países-sede (n = 12.468 organizações, totalizando 91% do total de organizações)

O recorte dos *top 20* evidencia uma cauda longa: muitos países com baixas frequências, consistentes com a internacionalização seletiva do *lobbying*. O padrão é coerente com hipóteses de *venue shopping* e vantagens de proximidade institucional em Bruxelas/Strasburgo.

Temporalmente, observa-se aceleração do registro de entidades após meados da década de 2010, com 2023 concentrando 17,9% do total. Picos intermediários (2015–2016; 2020–2022) são compatíveis com ciclos legislativos, janelas regulatórias e alterações incrementais nos mecanismos de transparência.

O padrão visual sugere crescimento estrutural recente do ecossistema de representação de interesses, possivelmente associado às agendas de transição digital e verde e à recomposição pós-pandemia.

As incidências por domínio destacam *Infraestrutura e Indústria* (68,3%), *Tecnologia* (67,9%) e *Economia e Comércio* (67,4%), seguidas por *Ambiente e Clima* (64,7%) e *Assuntos Externos e Segurança* (51,3%). Temas como *Saúde* (43,7%)

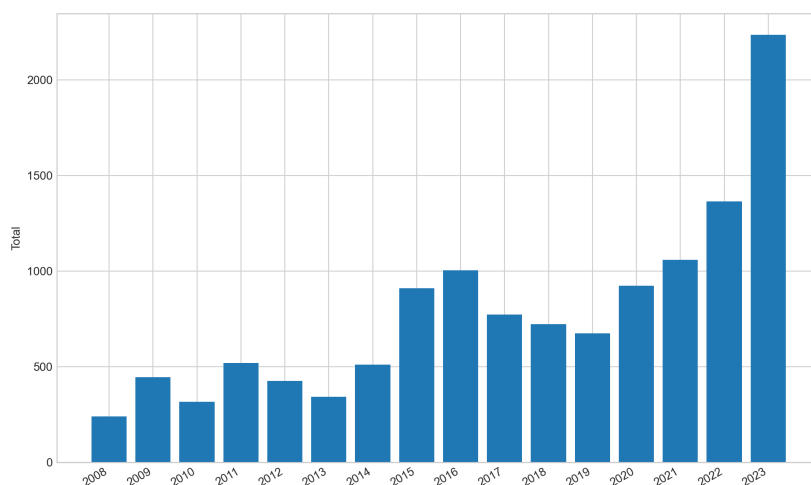


Figura 2 – Ano de registo

e *Educação* (41,2%) são intermediários; *Agricultura* (35,3%) e *Direitos Humanos* (25,3%) têm menor incidência relativa.

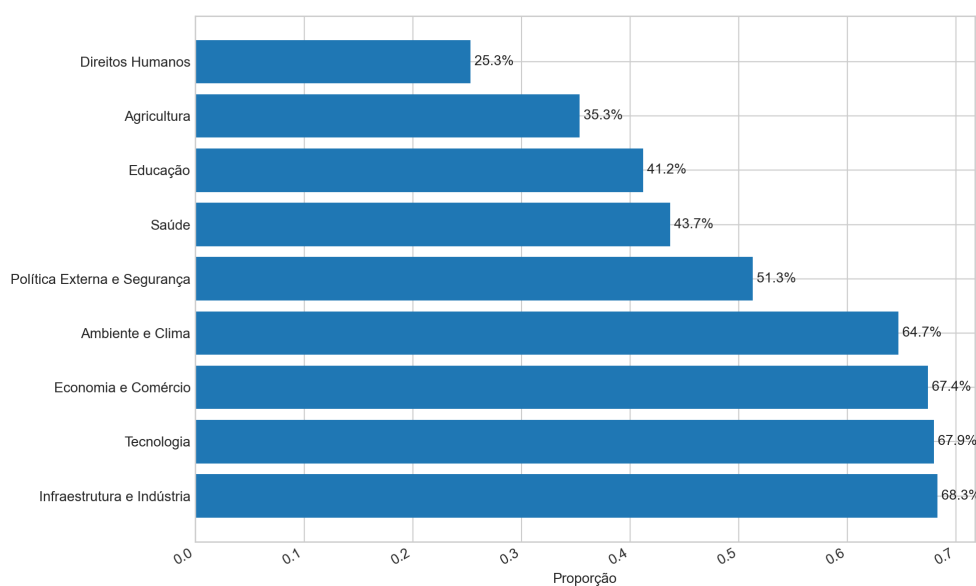


Figura 3 – Cobertura temática (proporção de entidades)

O ordenamento por proporção sugere centralidade de agendas de competitividade industrial, digitalização e cadeias de valor, bem como a transversalidade da pauta ambiental.

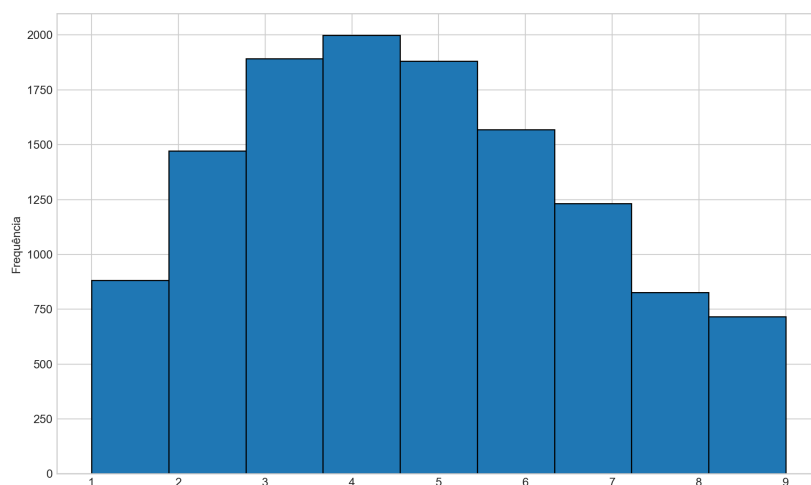


Figura 4 – Número de temas por lobista

A distribuição do número de temas por entidade indica a coexistência de atores multi-temáticos e especializados. Esse traço é relevante para a modelagem, pois sugere que a intensidade de esforço (extensivo vs. intensivo) varia com o perfil organizacional e o ambiente regulatório dos domínios.

As estatísticas de orçamento máximo declarado (em escala logarítmica) indicam mediana em torno de 11,5 e quartis aproximadamente entre 10,1 e 12,9. A presença de valores inválidos/extremos na base administrativa (por exemplo, ocorrências infinitas) distorce a média e o desvio-padrão, recomendando foco em medidas robustas (mediana, intervalos interquartílicos) e rotinas de limpeza nos exercícios inferenciais.

A distribuição apresenta assimetria e cauda à direita compatíveis com heterogeneidade de porte organizacional, sugerindo coexistência de grandes associações/empresas e organizações menores.

Em conjunto, os resultados descritivos apontam para um ecossistema plural, geograficamente ancorado em polos institucionais centrais, com dinamismo temporal recente e agendas orientadas por digitalização, competitividade industrial e sustentabilidade. Esses padrões informam as escolhas de especificação nos capítulos seguintes, notadamente a estratificação por perfis organizacionais, a construção de domínios temáticos e o controle para tendências temporais.

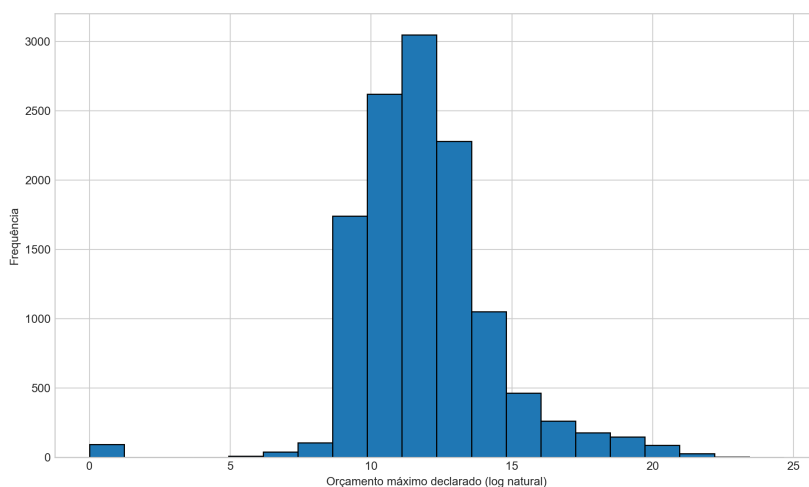


Figura 5 – Distribuição de orçamento máximo declarado ($\ln(\text{budget})$)

Os resultados descritivos delineiam um panorama abrangente do universo de lobistas registrados junto às instituições europeias. Em primeiro lugar, a distribuição por categoria revela a coexistência de diferentes perfis organizacionais (*Business*, *NGOs* e *Other*), com magnitudes comparáveis entre atores empresariais e organizações da sociedade civil. Essa composição é compatível com a literatura sobre pluralismo organizacional e competição por acesso institucional no contexto da União Europeia, sugerindo um campo de ação onde interesses difusos e concentrados buscam simultaneamente agenda e influência.

No plano geográfico, observa-se forte concentração em Estados-Membros centrais e com infraestrutura institucional robusta. Destacam-se Bélgica (18,2%), Alemanha (14,0%) e França (9,3%), seguidas por Países Baixos, Espanha, Reino Unido e Itália (6% cada). Há ainda presença extracomunitária não desprezível (Estados Unidos 4,5%), o que evidencia a atratividade regulatória do mercado europeu e a permeabilidade do *lobbying* transnacional. Esses achados são consistentes com hipóteses de *venue shopping* e vantagens de proximidade institucional (Bruxelas/Strasburgo) para atividades de representação de interesses.

Temporalmente, as frequências por ano indicam aceleração recente dos registros, com 2023 concentrando 17,9% das entradas no período observado. Picos intermediários (2015–2016; 2020–2022) são compatíveis com ciclos legislativos, janelas

regulatórias e mudanças incrementais no regime de transparência, fatores que tendem a alterar a propensão ao registro. A expansão no pós-2020 pode refletir a reconfiguração de estratégias após as restrições pandêmicas, além da ênfase em agendas de transição digital e verde.

Quanto à cobertura temática, a incidência é mais elevada em *Infraestrutura e Indústria* (68,3%), *Tecnologia* (67,9%) e *Economia e Comércio* (67,4%), seguidas por *Ambiente e Clima* (64,7%) e *Política Externa e Segurança* (51,3%). Temas como *Saúde* (43,7%) e *Educação* (41,2%) ocupam posição intermediária, ao passo que *Agricultura* (35,3%) e *Direitos Humanos* (25,3%) apresentam menor incidência relativa. Em conjunto, esse perfil sugere: (i) centralidade de agendas de competitividade industrial, digitalização e cadeias de valor; (ii) transversalidade da pauta ambiental como condicionante regulatória; e (iii) segmentação de atores com missões setoriais mais estreitas ou normativas, potencialmente menos numerosos.

A distribuição do número de temas por lobista sugere coexistência de atores multi-temáticos, capazes de cobrir diversas frentes de política pública, e de atores especializados com foco estreito. Tal heterogeneidade é relevante para a modelagem empírica, pois a intensidade de esforço (extensivo vs. intensivo) pode variar sistematicamente com o tipo de organização e com o ambiente regulatório dos diferentes domínios.

No que se refere ao orçamento máximo declarado (em log natural), as medidas-resumo apontam mediana próxima de 11,5 e quartis aproximados entre 10,1 e 12,9. Identificam-se valores inválidos/extremos na base administrativa (por exemplo, ocorrências infinitas), que distorcem a média e o desvio-padrão; por isso, a interpretação deve privilegiar estatísticas robustas (mediana e intervalos interquartílicos) e, quando pertinente, rotinas de limpeza e estratégias robustas nos exercícios inferenciais. Substantivamente, a dispersão é compatível com a coexistência de grandes associações/empresas e organizações de menor porte, com implicações para capacidades de acesso e agenda-setting.

Em síntese, as evidências descritivas apontam para um ecossistema plural, geograficamente ancorado em polos institucionais centrais, com dinamismo temporal recente e agendas orientadas por digitalização, competitividade industrial e sus-

tentabilidade. Esses padrões informam as escolhas de especificação nos capítulos seguintes, notadamente a estratificação por perfis organizacionais, a construção de domínios temáticos e o controle para tendências temporais.

2.2 ANÁLISE DESCRITIVA DO TRATAMENTO

Esta seção apresenta uma análise descritiva sistemática dos dados utilizados para investigar os efeitos do lobbying na atividade parlamentar dos deputados do Parlamento Europeu. A abordagem adotada segue uma estratégia analítica multinível, iniciando com padrões agregados gerais e progredindo para análises desagregadas mais específicas. Esta progressão metodológica permite compreender tanto as tendências globais quanto os mecanismos específicos que operam no nível individual e temporal.

O conjunto de dados constitui um painel balanceado que combina informações sobre atividade parlamentar (perguntas) e intensidade de lobbying (reuniões) para 1.353 deputados ao longo de 63 meses, de julho de 2019 a novembro de 2024 em 9 domínios de política pública. Esta estrutura temporal permite capturar variações tanto na dimensão *cross-sectional* (entre deputados e domínios) quanto longitudinal (evolução temporal), fornecendo a base empírica necessária para estratégias de identificação causal robustas.

Considerando a unidade de análise a tríade MEP-domínio-mês, temos 767.151 observações com taxa de completude de 100%. Esta estrutura balanceada é metodologicamente vantajosa, pois elimina preocupações com viés de seleção decorrente de atrito amostral e garante que as estimativas não sejam distorcidas por padrões de observações ausentes.

A cobertura temporal de julho de 2019 a novembro de 2024 é particularmente relevante por abranger períodos de intensa atividade legislativa europeia, incluindo a transição entre legislaturas e eventos político-econômicos significativos. Destaca-se, nesse intervalo, o impacto da pandemia de COVID-19, que afetou profundamente tanto a dinâmica da atividade parlamentar quanto as estratégias de lobbying. A pandemia resultou em mudanças substanciais nos modos de trabalho do Parlamento Europeu, com a adoção de sessões remotas e restrições a reuniões presen-

ciais, o que pode ter alterado padrões de interação entre deputados e grupos de interesse. Assim, a análise cobre não apenas períodos de normalidade institucional, mas também um contexto de crise sanitária global, permitindo investigar como choques exógenos desse tipo influenciam o comportamento político e o lobbying.

A Figura 6 apresenta a evolução temporal das variáveis principais no nível mais agregado, revelando padrões que são fundamentais para compreender a dinâmica do sistema político europeu ao longo do período estudado.

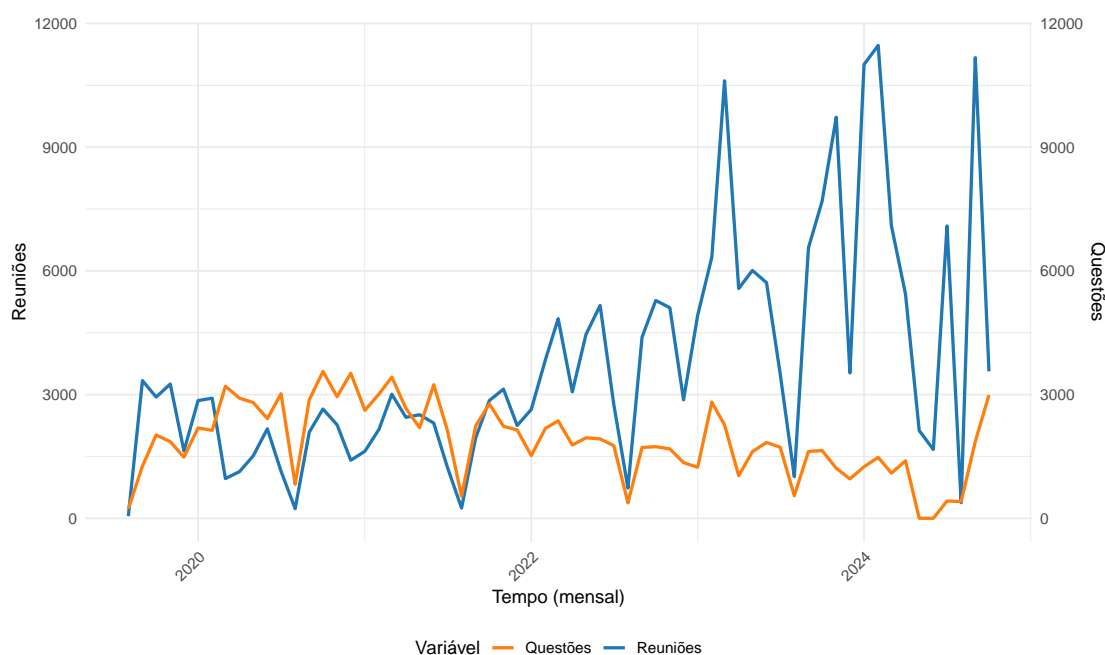


Figura 6 – Evolução temporal da atividade parlamentar e de lobbying

A análise temporal revela quatro padrões empiricamente relevantes. Primeiro, observa-se uma **tendência crescente** em ambas as variáveis ao longo do período, sugerindo intensificação tanto da atividade parlamentar quanto do lobbying. Segundo, existe clara **sazonalidade** relacionada ao calendário parlamentar, com reduções sistemáticas durante períodos de recesso. Terceiro, identificam-se **picos de atividade** que coincidem com discussões de legislação relevante em domínios específicos, indicando resposta coordenada do sistema político. Quarto, a **correlação contemporânea** entre perguntas e reuniões permanece relativamente estável ao longo do tempo, sugerindo estabilidade estrutural na relação entre as variáveis.

Estes padrões temporais têm implicações metodológicas importantes. A presença de tendências temporais justifica a inclusão de efeitos fixos de tempo nas especificações econométricas para controlar choques temporais comuns. A sazonalidade observada valida a escolha da frequência mensal como unidade temporal, capturando variações de curto prazo sem introduzir ruído excessivo. A estabilidade da correlação fornece evidência preliminar contra quebras estruturais que poderiam comprometer a validade das estimativas.

Complementando a análise temporal, é fundamental examinar os padrões de participação no nível individual dos deputados. Esta perspectiva agregada revela a distribuição da atividade de lobbying entre os parlamentares e fornece insights sobre a concentração e heterogeneidade dos fenômenos estudados.

As Figura 7, Figura 8 e Figura 9 apresentam uma análise dos padrões de participação agregados por deputado, revelando aspectos da distribuição da atividade de lobbying no Parlamento Europeu que impactam a identificação causal.

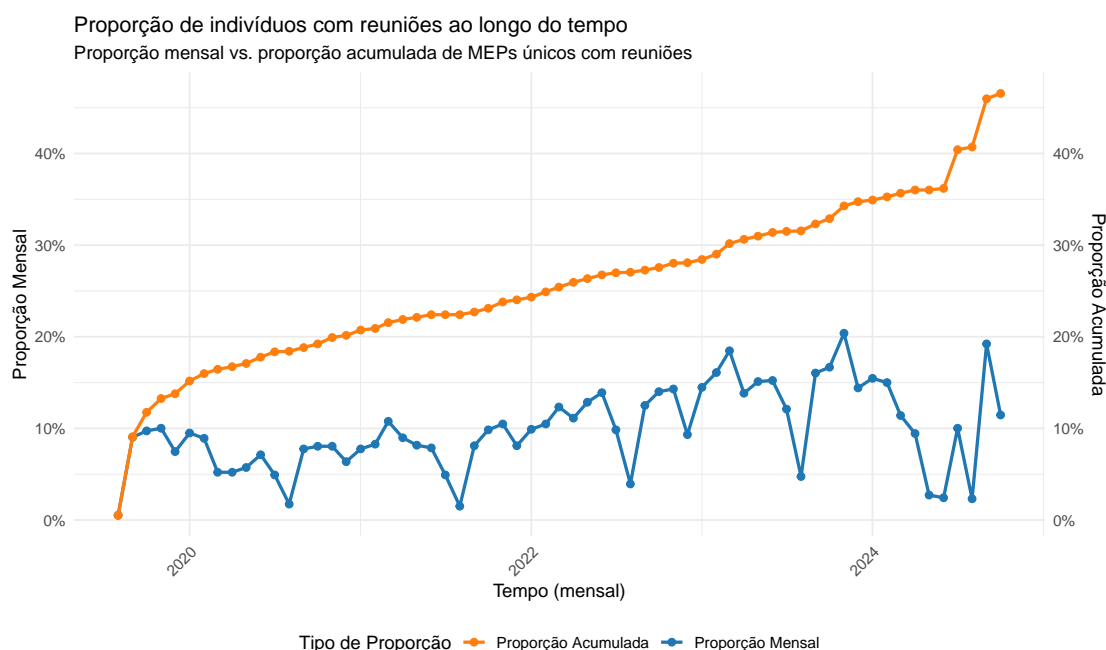


Figura 7 – Evolução temporal da proporção de MPEs que participaram de reuniões de lobbying

A análise revela três características fundamentais da distribuição de tratamento.

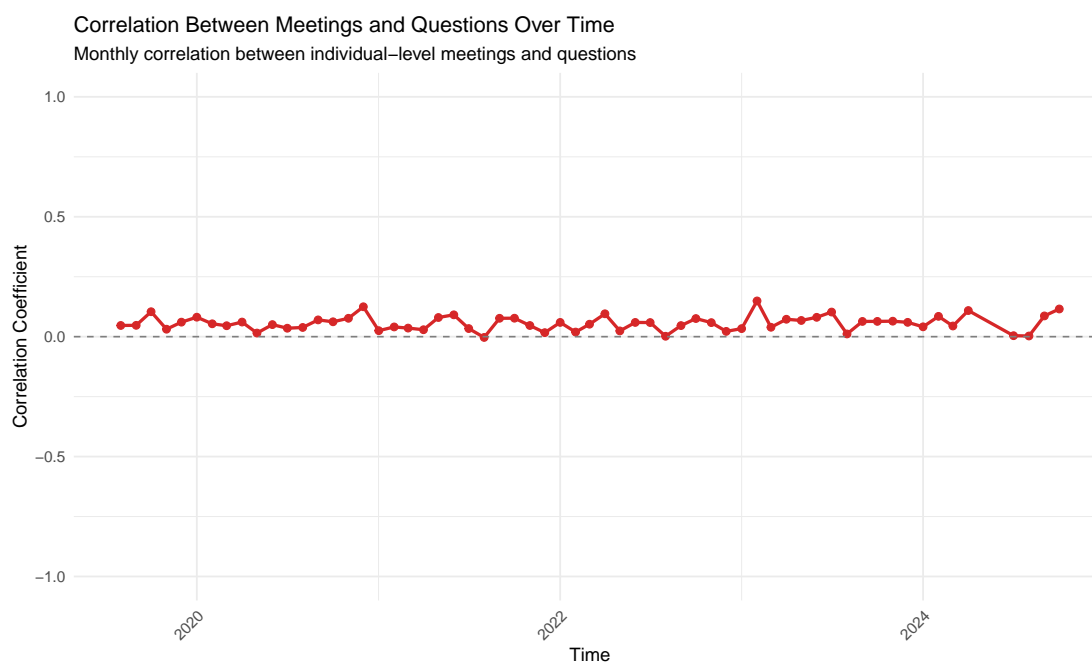


Figura 8 – Evolução temporal da correlação entre reuniões e perguntas

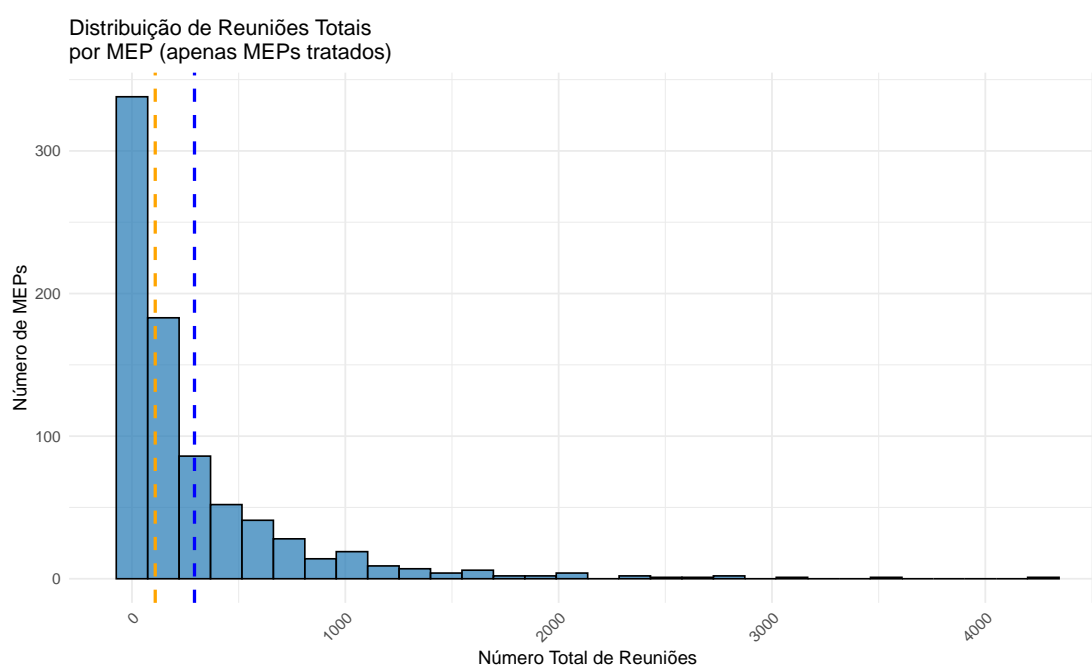


Figura 9 – Distribuição de reuniões por MPE

Primeiro, existe **participação substancial mas não universal**: 46,3% dos deputados (XXX de X.XXX) receberam pelo menos uma reunião de lobbying durante o período estudado. Esta proporção indica que o lobbying é um fenômeno disseminado mas não ubíquo no sistema parlamentar europeu.

Segundo, observa-se **concentração extrema** na intensidade de tratamento. Entre os deputados que receberam lobbying, a distribuição é altamente assimétrica: enquanto a mediana é de 105 reuniões por deputado, a média é de 288,2 reuniões, indicando que uma minoria de parlamentares concentra uma proporção desproporcional da atividade lobista. O caso extremo de um deputado com 4.274 reuniões ilustra esta concentração.

Terceiro, a **correlação agregada** entre reuniões e perguntas totais por deputado é surpreendentemente baixa (0,056), contrastando com correlações mais elevadas observadas no nível temporal. Este padrão sugere que os efeitos do lobbying podem ser mais evidentes em frequências temporais específicas do que em padrões de atividade agregados de longo prazo.

Estes padrões agregados têm implicações importantes para a identificação causal. A concentração do tratamento em uma minoria de deputados sugere que estratégias de identificação baseadas em variação cross-sectional podem sofrer de poder estatístico limitado. Simultaneamente, a variação substancial na intensidade de tratamento entre deputados tratados fornece fonte valiosa de identificação para estimativas de dose-resposta.

A baixa correlação agregada, combinada com correlações temporais mais elevadas, indica que a identificação causal pode beneficiar-se de estratégias que explorem variação temporal within-individual rather than cross-sectional between-individual. Esta evidência preliminar orienta a especificação de modelos com efeitos fixos de deputado para controlar heterogeneidade não observada time-invariant.

2.2.1 HETEROGENEIDADE ENTRE DOMÍNIOS DE POLÍTICA PÚBLICA

A terceira dimensão da análise agregada examina a variação entre domínios de política pública. Esta heterogeneidade setorial é teoricamente relevante porque

Tabela 2 – Estatísticas agregadas de tratamento por deputado

Estatística	Valor
Total de deputados únicos	1,353
Deputados que receberam tratamento	627
Taxa de tratamento por deputado (%)	46,3%
Entre deputados tratados:	
Reuniões médias por deputado	288,2
Reuniões medianas por deputado	105,0
Desvio padrão	468,9
Deputado mais ativo (reuniões)	4,274
Correlação agregada:	
Correlação reuniões-perguntas	0,056

diferentes áreas de política podem apresentar características distintas em termos de complexidade técnica, interesse econômico e organização de grupos de pressão, afetando tanto a demanda por lobbying quanto a responsividade parlamentar.

A Figura 10 apresenta uma análise sistemática da variação inter-domínios em múltiplas dimensões: penetração, volume e intensidade do tratamento, bem como padrões temporais de iniciação.

Tabela 3 – Taxa de tratamento por domínio: deputados únicos que receberam lobbying

Domínio	Deputados Tratados	Total Deputados	Taxa (%)
Economia e Comércio	615	1,353	45,5
Tecnologia	615	1,353	45,5
Política Externa e Segurança	611	1,353	45,2
Infraestrutura e Indústria	610	1,353	45,1
Meio Ambiente e Clima	607	1,353	44,9
Saúde	599	1,353	44,3
Educação	578	1,353	42,7
Direitos Humanos	564	1,353	41,7
Agricultura	554	1,353	40,9

A análise revela heterogeneidade sistemática mas moderada entre domínios. Em termos de **penetração**, as taxas variam de 40,9% (agricultura) a 45,5% (eco-

nomia e tecnologia), uma amplitude de apenas 4,6 pontos percentuais. Esta variação relativamente pequena sugere que o lobbying possui caráter transversal, não concentrando-se drasticamente em setores específicos.

Contudo, emergem padrões teoricamente consistentes. Domínios relacionados à **regulação econômica** (economia e comércio, tecnologia, infraestrutura) apresentam sistematicamente maiores taxas de penetração, refletindo os elevados interesses econômicos e a complexidade regulatória que incentivam investimento em atividades de lobbying. Este padrão é especialmente relevante considerando que a promoção da integração econômica é o foco principal de um bloco como a União Europeia, o que naturalmente direciona maior atenção e mobilização de grupos de interesse para essas áreas. Inversamente, domínios com características de bem público (agricultura, direitos humanos) apresentam menores taxas, consistente com problemas de ação coletiva e menor capacidade organizacional de grupos difusos.

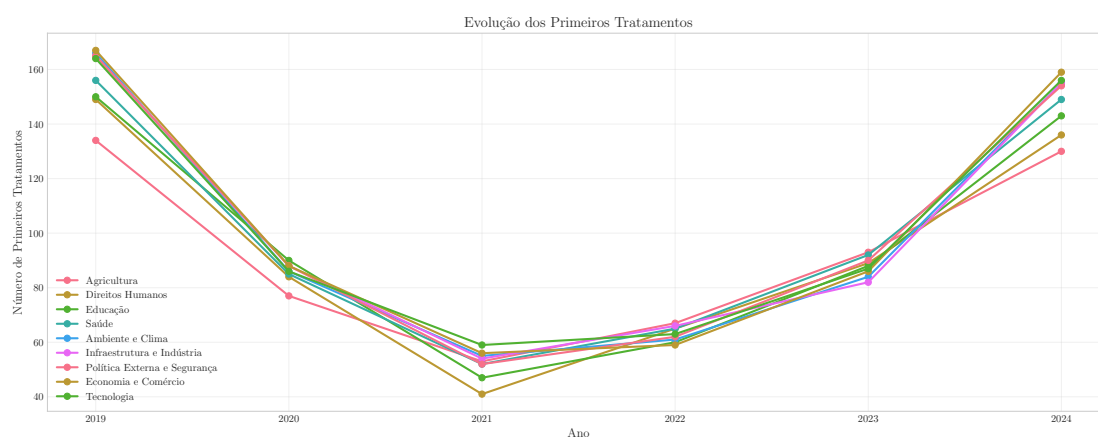


Figura 10 – Análise detalhada de tratamento por domínio de política pública

Nota: O painel superior esquerdo mostra a taxa de penetração (percentual de deputados únicos que receberam pelo menos uma reunião em cada domínio). O painel superior direito apresenta o volume absoluto de deputados tratados. O painel inferior esquerdo mostra a intensidade média condicional de tratamento. O painel inferior direito apresenta a evolução temporal dos primeiros tratamentos para os três domínios mais ativos.

A heterogeneidade observada entre domínios tem duas implicações metodológicas importantes. Primeiro, a variação sistemática sugere que estimativas de efeito médio podem mascarar diferenças substantivas entre setores, justificando análises

de heterogeneidade de efeitos por domínio. Segundo, a ordenação consistente dos domínios por múltiplas métricas (penetração, volume, intensidade) sugere que esta heterogeneidade reflete características estruturais dos setores ao invés de variação aleatória, aumentando a credibilidade de interpretações causais diferenciadas.

A análise da inflação de zeros requer cuidado metodológico particular, pois a unidade de observação MEP-domínio-mês pode gerar inflação **artificial** de zeros. Como documentado na literatura sobre comportamento parlamentar (??), deputados tendem a especializar-se tematicamente, concentrando atividade em subconjuntos específicos de domínios. Consequentemente, grupos de interesse, cientes desta especialização, direcionam esforços de lobbying apenas para deputados ativos em suas áreas de interesse.

Evidência de especialização temática: A análise da atividade parlamentar agregada por deputado revela que 97,6% dos MEPs são **generalistas** (Índice Herfindahl $< 0,4$), atuando em média em 7,47 dos 9 domínios disponíveis. Contudo, identificam-se 22 MEPs altamente especializados (HHI $> 0,8$) que concentram perguntas em domínios únicos, e 26 moderadamente especializados (HHI 0,4-0,8), demonstrando que a especialização, embora limitada, é empiricamente relevante.

2.2.1.0.1 ANÁLISE CORRIGIDA DA INFLAÇÃO DE ZEROS

Para evitar viés na interpretação, a análise da inflação de zeros deve considerar níveis de agregação teoricamente apropriados. A Tabela 4 apresenta uma comparação sistemática entre diferentes níveis de agregação.

Tabela 4 – Inflação de zeros por nível de agregação

Nível de Agregação	Observações	Zeros Perguntas	Zeros Reuniões
MEP-Domínio-Mês (original)	767.151	92,2%	92,5%
MEP-Mês (domínios ativos)	54.117	70,9%	85,2%
Domínio-Mês (agregado)	567	3,2%	0,0%

Os resultados revelam que a inflação de zeros é **sensível ao nível de agregação** e parcialmente **artificial** quando consideramos especializações temáticas:

1. **Nível MEP-domínio-mês**: A inflação aparentemente extrema ($>92\%$) reflete em grande parte combinações MEP-domínio onde não se espera atividade sistemática devido à especialização.
2. **Nível MEP-mês** (agregando apenas domínios onde o MEP demonstra atividade parlamentar): A inflação reduz substancialmente para $70,9\%$ (perguntas) e $85,2\%$ (reuniões), revelando que a atividade é *episódica* mas não *ausente*.
3. **Nível domínio-mês** (agregando todos os MEPs ativos): A inflação torna-se negligível ($3,2\%$ para perguntas, 0% para reuniões), indicando que há atividade consistente em todos os domínios quando consideramos o conjunto de deputados relevantes.

Esta análise corrigida tem implicações fundamentais para a estratégia econométrica:

1. **Falso problema de inflação de zeros**: A aparente inflação extrema ($>92\%$) é em grande parte **artificial**, resultante da inclusão de combinações MEP-domínio teoricamente implausíveis. A inflação **real** no nível MEP-mês é substancialmente menor ($70,9\%-85,2\%$).
2. **Justificativa para efeitos fixos**: A especialização temática documentada justifica ainda mais fortemente o uso de efeitos fixos $\text{MEP} \times \text{domínio}$, pois captura heterogeneidade não observada na propensão à atividade em áreas específicas.
3. **Modelos econométricos apropriados**: Enquanto a inflação moderada ($70,9\%$) ainda sugere benefícios de modelos de contagem (PPML), a inflação não é tão extrema a ponto de requerer modelos zero-inflated especializados.
4. **Unidade de análise**: A evidência sustenta a escolha da unidade MEP-domínio-mês para análise causal, pois captura a granularidade necessária

para identificação, desde que acompanhada de controles apropriados para especialização.

5. **Interpretação de resultados:** Efeitos estimados devem ser interpretados condicionalmente à especialização temática, com atenção particular às margens extensiva (entrada em novos domínios) versus intensiva (aumento de atividade em domínios existentes).

2.2.2 SÍNTESE E IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

A análise descritiva multinível revela um conjunto coerente de *stylized facts* que informam tanto a compreensão teórica quanto as escolhas metodológicas para a análise causal subsequente.

Primeiro, o **lobbying é um fenômeno disseminado mas episódico**. Enquanto 46,3% dos deputados recebem lobbying durante o período estudado, a atividade temporal é concentrada: considerando apenas domínios onde MEPs demonstram atividade parlamentar, 70,9% das observações MEP-mês não apresentam perguntas e 85,2% não apresentam reuniões, indicando que a influência opera através de interações concentradas temporalmente.

Segundo, existe **concentração extrema** em múltiplas dimensões. No nível individual, a distribuição de reuniões é altamente assimétrica (mediana 105, média 288, máximo 4.274). Crucialmente, a aparente inflação extrema de zeros (>92%) no nível MEP-domínio-mês é em grande parte artificial, refletindo combinações onde não se espera atividade devido à especialização temática.

Terceiro, observa-se **heterogeneidade sistemática entre domínios** em todas as métricas analisadas. Domínios de regulação econômica apresentam consistentemente maior atividade de lobbying, refletindo diferenças estruturais em stakes econômicos e capacidade organizacional. Esta heterogeneidade é consistente com a especialização temática documentada.

Quarto, a **especialização temática é limitada mas empiricamente relevante**: enquanto 97,6% dos MEPs atuam como generalistas ($HHI < 0,4$), existem 22 deputados altamente especializados e 26 moderadamente especializados, com

padrões claros de concentração que informam estratégias de lobbying e justificam controles econométricos específicos.

Quinto, a **correlação contemporânea entre lobbying e atividade parlamentar é baixa** no nível temporal mensal, mas padrões agregados sugerem relações mais complexas que podem envolver defasagens temporais ou mecanismos indiretos.

Estas características empíricas têm implicações diretas para a escolha da estratégia econométrica:

1. **Especificação funcional:** A inflação moderada de zeros (70,9%-85,2% após correção) e natureza de contagem das variáveis justificam o uso de estimadores Poisson Pseudo-Maximum Likelihood (PPML), mas não requerem modelos zero-inflated especializados.
2. **Estrutura de efeitos fixos:** A evidência de especialização temática justifica fortemente efeitos fixos MEP×domínio para controlar heterogeneidade não observada na propensão à atividade em áreas específicas, complementados por efeitos fixos temporais.
3. **Correção de viés de seleção:** A especialização temática implica que observações MEP-domínio-mês com probabilidade zero de atividade podem distorcer estimativas. Controles ou exclusões baseadas em atividade histórica podem ser apropriados.
4. **Estrutura de erros:** A concentração temporal da atividade e especialização justificam erros-padrão agrupados no nível MEP×domínio para capturar correlação serial específica por área de atuação.
5. **Análise de heterogeneidade:** A variação sistemática entre domínios, combinada com especialização, justifica análises diferenciadas por setor e investigação de efeitos nas margens extensiva (entrada em novos domínios) versus intensiva.

6. **Interpretação causal:** Efeitos estimados devem ser interpretados condicionalmente à especialização temática existente, distinguindo entre expansão de atividade em domínios familiares versus diversificação para novas áreas.

Finalmente, a **estrutura balanceada do painel** e a **cobertura temporal substancial** fornecem condições ideais para estratégias de identificação baseadas em variação temporal within-individual, maximizando o poder estatístico while minimizando preocupações com confounding não observado time-invariant.

Esta análise descritiva abrangente estabelece as bases empíricas sólidas para a estratégia de identificação causal apresentada na seção seguinte, demonstrando que os dados possuem as características necessárias para investigar rigorosamente os efeitos do lobbying na atividade parlamentar dos deputados europeus.

2.3 ANÁLISE DE EFEITOS DO LOBBY

Optamos por estimar modelos de contagem via PPML com *link* logaritmo por três razões principais. Primeiro, as variáveis de interesse (perguntas e reuniões) são contagens, com forte assimetria e alta incidência de zeros no nível MEP-domínio-mês. O PPML lida naturalmente com zeros sem exigir transformações logarítmicas *ad hoc* que descartam observações. Segundo, o PPML é consistente sob especificação correta da média condicional mesmo na presença de sobredispersão e heterocedasticidade não especificada, fornecendo erros-padrão robustos quando combinados com *clustering*. Terceiro, a implementação com efeitos fixos de alta dimensão é estável e amplamente utilizada na literatura aplicada (estimador `fepois` do pacote `fixest`).

No PPML com *link* log, a expectativa condicional é $\mathbb{E}[y \mid X] = \exp(X\beta)$. Assim, para um regressor contínuo x_k (por exemplo, *meetings* em nível), o coeficiente β_k tem interpretação multiplicativa: um aumento de uma unidade em x_k está associado a uma variação percentual de $100 \times (e^{\beta_k} - 1)\%$ na média de y , *ceteris paribus*.

A especificação segue o *framework* analítico delineado no capítulo: controlamos por heterogeneidade não observada ao nível do membro e por choques comuns estru-

turados por partido, país e domínio ao longo do tempo. Concretamente, estimamos modelos com efeitos fixos de membro (`member_id`) e efeitos fixos tempo-variantes por país (`country_time`), por partido (`party_time`) e por domínio (`domain_time`). Os erros-padrão são agrupados em *domínio*×*tempo* e *membro*, capturando correlação serial e choques idiossincráticos nesse nível, conforme implementado nos scripts empíricos.

Essa modelagem garante três propriedades fundamentais para a identificação dos efeitos: (i) permite comparar a evolução da atividade do mesmo MPE ao longo do tempo, controlando por características não observadas e invariantes como preferências individuais, capital político e produtividade; (ii) elimina a influência de choques ou tendências comuns a todos os MPEs de um mesmo país ou partido em cada mês, por meio dos efeitos fixos específicos de país×tempo e partido×tempo; e (iii) assegura robustez frente a choques específicos de cada setor ou área temática ao incorporar efeitos fixos de domínio×tempo (`domain_time`), isolando variações idiossincráticas desses contextos.

Para testar a Hipótese 1, utilizamos o painel agregado MEP–domínio–mês em amostra combinada (*pooled*) e estimamos PPML com a estrutura de efeitos fixos descrita acima. O coeficiente associado às reuniões (*meetings*) é **positivo**, indicando que aumentos na intensidade de lobbying estão associados a maior atividade parlamentar em termos de perguntas. Esse resultado é consistente em especificações alternativas, incluindo a versão com termo quadrático para capturar possíveis não linearidades e a inclusão de efeitos fixos *domínio*×*tempo*, sugerindo robustez do sinal e da magnitude qualitativa do efeito.

Em termos de interpretação, mantidos constantes os efeitos fixos, um incremento marginal em reuniões está associado a um aumento proporcional na média de perguntas dado por $e^{\hat{\beta}} - 1$. Reportamos os efeitos como variações percentuais estimadas na seção de tabelas de resultados, com intervalos de confiança baseados em erros-padrão agrupados.

Tabela 5 mostra que o coeficiente de *meetings* no modelo PPML linear é positivo e estatisticamente significativo, evidenciando que aumentos na intensidade de lobbying associam-se a maior número de perguntas, *ceteris paribus*. Na especifica-

Tabela 5 – Resumo dos modelos PPML para a Hipótese 1

	PPML	PPML (Quad.)
Reuniões	0,025*** (0,002)	0,098*** (0,007)
Reuniões ²		-0,004*** (0,001)
Observações	600.237	600.237
Efeitos fixos	país×tempo; partido×tempo; domínio×tempo	
Cluster	domínio×tempo; membro	

Nota: A coluna “DDD PPML” reporta o modelo principal com efeito linear em *meetings*. A coluna “DDD PPML (Quadrático)” adiciona *meetings*² para capturar retornos marginais decrescentes. Efeitos fixos: membro; país×tempo; partido×tempo. Erros-padrão agrupados em domínio×tempo e membro.

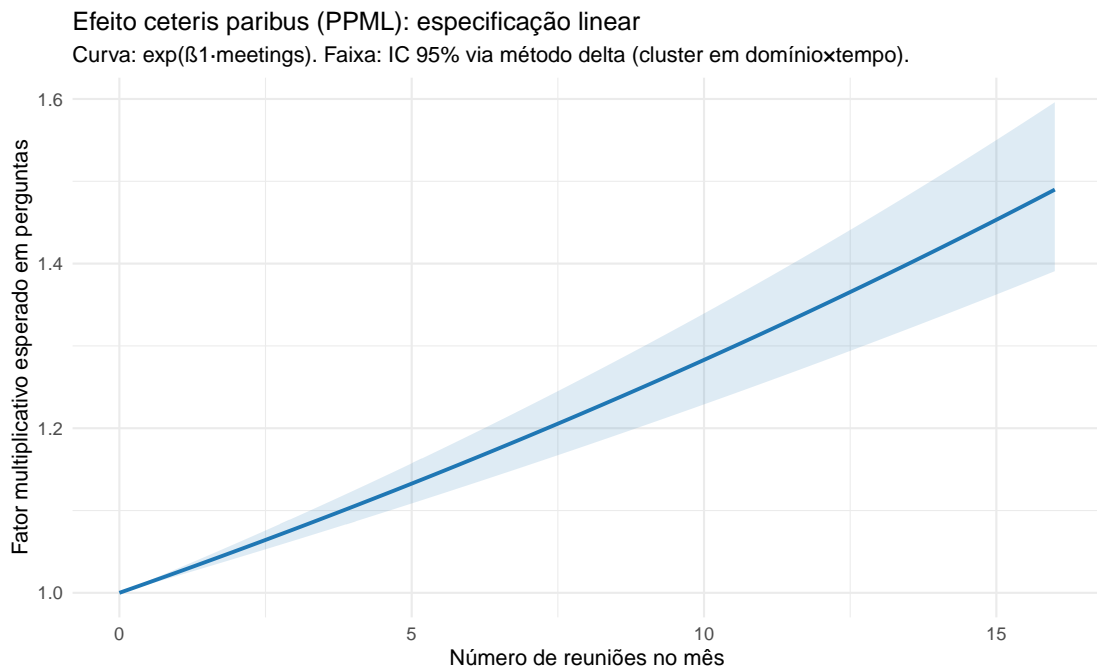


Figura 11 – Efeito esperado ceteris paribus: especificação linear (PPML)

Nota: A curva apresenta o fator multiplicativo esperado em perguntas como função do número de reuniões no mês, mantendo constantes os efeitos fixos ($\exp(\hat{\beta}_1 \cdot \text{meetings})$). A faixa sombreada corresponde ao intervalo de 95% obtido via método delta com erros-padrão agrupados em domínio×tempo.

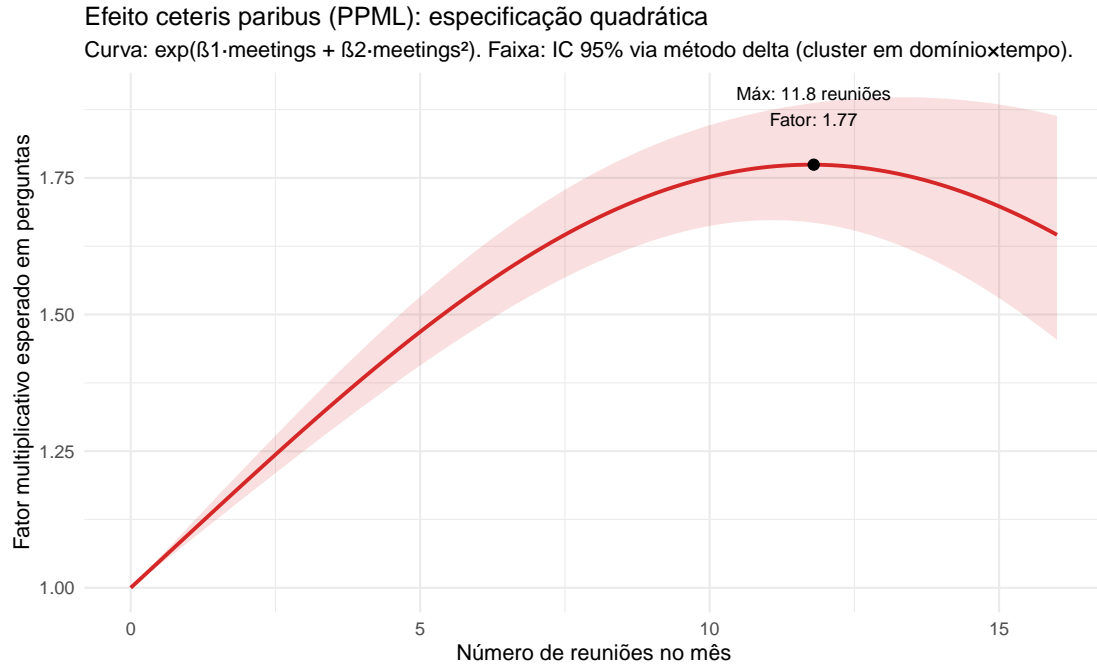


Figura 12 – Efeito esperado ceteris paribus: especificação quadrática (PPML)

Nota: A curva apresenta o fator multiplicativo esperado em perguntas como função do número de reuniões, permitindo retornos marginais decrescentes ($\exp(\hat{\beta}_1 \cdot \text{meetings} + \hat{\beta}_2 \cdot \text{meetings}^2)$). A faixa sombreada representa o IC de 95% via método delta com a matriz de variância-covariância agrupada.

ção quadrática, o termo linear permanece positivo enquanto o termo quadrático é negativo, indicando retornos marginais decrescentes: o impacto adicional de reuniões sobre perguntas diminui à medida que o volume de reuniões cresce.

Essa interpretação decorre da forma funcional do PPML ($\mathbb{E}[y | X] = \exp(X\beta)$). No modelo linear, um acréscimo de uma unidade em *meetings* altera a média condicional de perguntas em $100 \times (e^{\hat{\beta}_1} - 1)\%$. No modelo quadrático, o efeito marginal em log-média é $\partial \log \mathbb{E}[y | X] / \partial \text{meetings} = \hat{\beta}_1 + 2\hat{\beta}_2 \text{meetings}$. Com $\hat{\beta}_2 < 0$, esse efeito declina com o nível de *meetings*, isto é, há retornos marginais decrescentes.

Em particular, a magnitude do termo quadrático é muito inferior ao efeito linear (0,098 vs. 0,004), o que indica retornos marginais decrescentes pequenos na faixa observada. Isso implica que atores com maior disponibilidade de recursos

enfrentam pouca perda de eficácia ao intensificar o número de reuniões e, portanto, podem sustentar níveis muito mais altos de lobbying; tal padrão é consistente com a hipótese de que grandes players conseguem alavancar sua capacidade financeira para obter influência relativamente maior, mesmo diante de retornos marginais decrescentes.

As curvas em Figura 11 e Figura 12 tornam essa dinâmica visual. A primeira apresenta um efeito multiplicativo crescente de forma monotônica ($\exp(\hat{\beta}_1 \text{ meetings})$), com faixas de incerteza (IC 95%) obtidas por método delta usando a matriz de variância-covariância com *clustering* em domínio×tempo e membro. A segunda permite curvatura ($\exp(\hat{\beta}_1 \text{ meetings} + \hat{\beta}_2 \text{ meetings}^2)$) e revela concavidade compatível com saturação de agenda: para níveis altos de *meetings*, o ganho marginal em perguntas é menor. Em ambas as figuras, o eixo horizontal é mantido dentro do suporte observado dos dados para evitar extrapolações.

Do ponto de vista de identificação, os efeitos fixos por membro, país×tempo e partido×tempo controlam heterogeneidade não observada invariável e choques comuns, permitindo comparação *within* do mesmo MPE ao longo do tempo. A inferência usa erros-padrão agrupados em duas dimensões (domínio×tempo; membro), acomodando dependência serial e seções cruzadas.

Em síntese, os resultados corroboram a Hipótese 1: há associação positiva entre lobbying e atividade de fiscalização medida por perguntas parlamentares, com evidência de retornos marginais decrescentes em níveis mais altos de *meetings*. Essa conclusão é robusta a especificações alternativas consideradas.

A análise desagregada por domínios de políticas públicas revela que o efeito positivo das reuniões sobre a atividade parlamentar é consistente em praticamente todas as áreas temáticas consideradas. Conforme ilustrado na Figura 13, a estimativa do coeficiente associado a *meetings* permanece positiva em todos os domínios, ainda que a magnitude do efeito varie entre eles. Por exemplo, domínios como "Agricultura" e "Educação" apresentam efeitos mais pronunciados, sugerindo que nesses setores o lobbying pode ser particularmente eficaz em estimular a apresentação de perguntas parlamentares. Já em áreas como "Economia e Comércio" ou "Tecnologia", embora o efeito também seja positivo, sua magnitude é ligeiramente

inferior, o que pode refletir diferenças na dinâmica de atuação dos grupos de interesse ou na agenda dos parlamentares nesses temas.

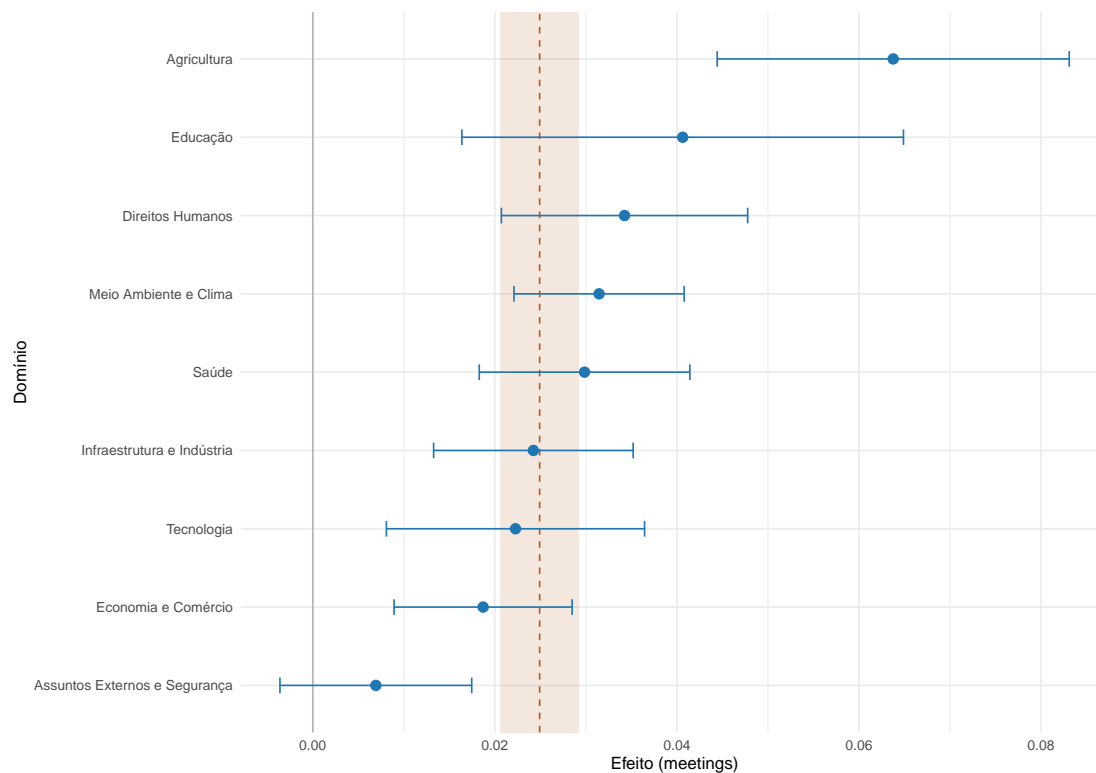


Figura 13 – Efeito esperado *ceteris paribus*: especificação linear (PPML) para cada domínio

Nota: Cada ponto azul representa a estimativa do coeficiente associado a *meetings* para um domínio específico de políticas públicas, refletindo o efeito marginal esperado de reuniões sobre o número de perguntas parlamentares naquele domínio, mantidos constantes os efeitos fixos. As linhas horizontais correspondem aos intervalos de confiança de 95% para cada estimativa, indicando a incerteza estatística. A linha tracejada vermelha indica o efeito médio estimado para todos os domínios, servindo como referência para comparação entre áreas temáticas.

Além disso, os intervalos de confiança indicam que, apesar de variações na precisão das estimativas entre domínios, o sinal positivo do efeito é robusto e estatisticamente distinto de zero na maioria dos casos. Isso reforça a conclusão de que a associação entre intensidade de lobbying e atividade de fiscalização parlamentar não se restringe a um setor específico, mas se manifesta de forma generalizada no

Parlamento Europeu, ainda que com intensidades distintas conforme o contexto temático.

De modo geral, esses resultados sugerem que o impacto do lobbying sobre a produção de perguntas parlamentares é um fenómeno transversal aos diferentes campos de políticas públicas, evidenciando a relevância desse mecanismo de influência em múltiplas agendas legislativas.

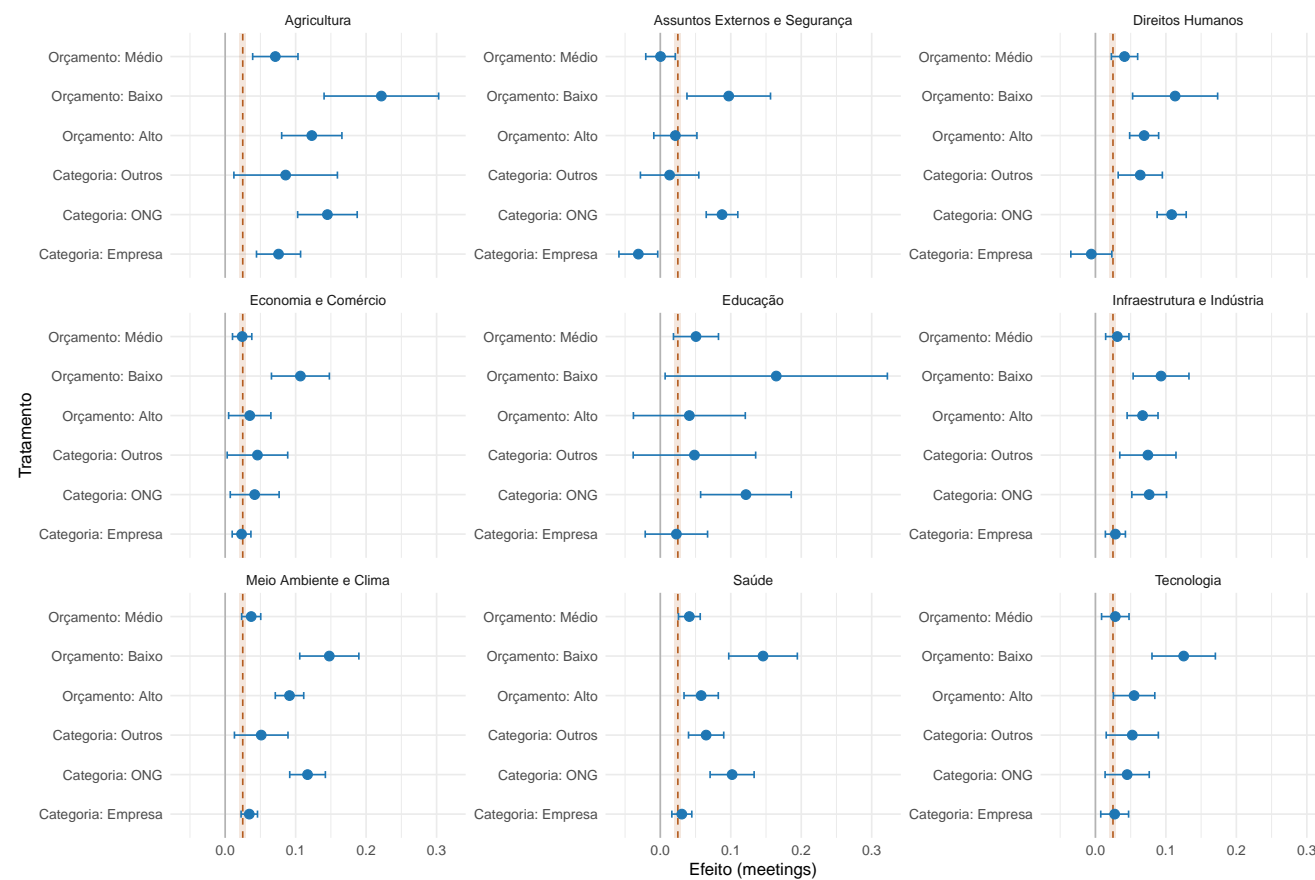


Figura 14 – Efeito esperado *ceteris paribus*: especificação linear (PPML) para cada tratamento por domínio

2.3.0.1 TESTE DA HIPÓTESE 2: UMA ANÁLISE DECOMPOSTA DO EFEITO DO LOBBY

A avaliação da Hipótese 2, que postula uma maior influência das empresas sobre a atividade parlamentar em comparação com outros atores, exige uma análise que transcenda a simples contagem de reuniões. Uma análise preliminar do efeito marginal por reunião, apresentada na Figura 15, sugere que as ONGs, paradoxalmente, exercem uma influência maior por encontro. Este resultado, embora contraintuitivo, destaca a necessidade de um modelo mais completo que considere a heterogeneidade dos atores de lobby.

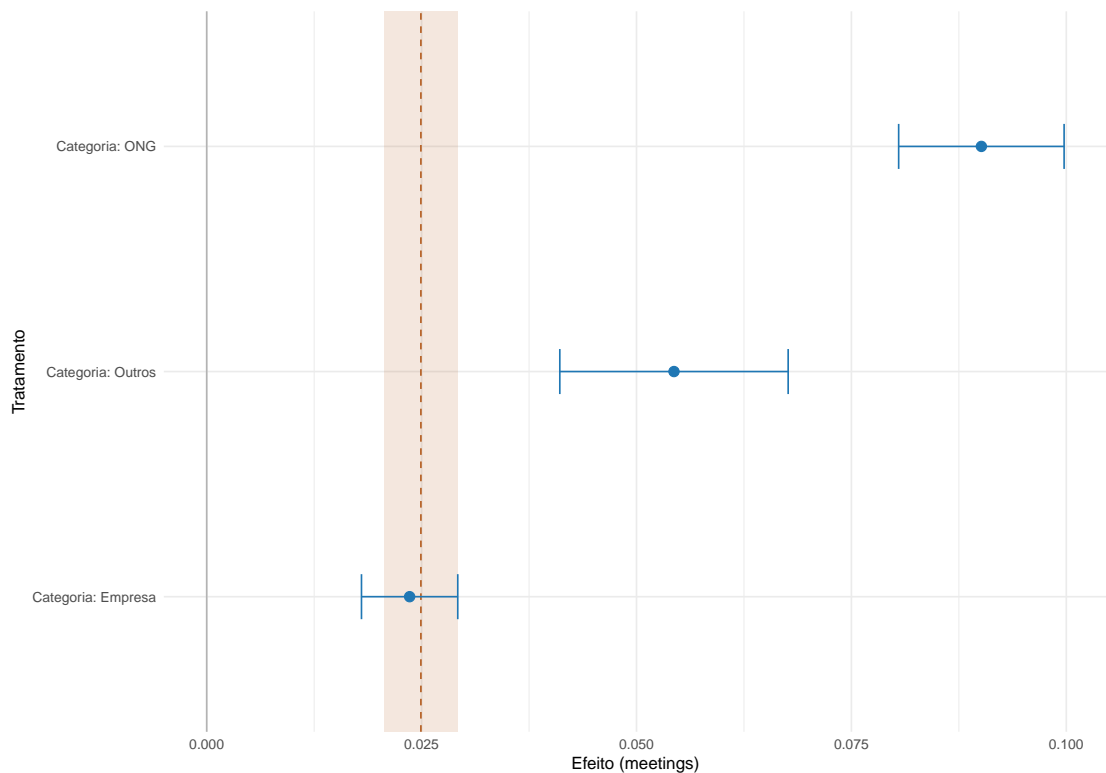


Figura 15 – Efeito marginal por tipo de ator: especificação PPML

Nota: Cada ponto representa a estimativa do coeficiente para *meetings*, associado a um tipo de ator (tratamento), refletindo o efeito marginal esperado de uma única reunião sobre o número de perguntas parlamentares, mantendo os efeitos fixos constantes. As linhas horizontais indicam os intervalos de confiança de 95%. A faixa vertical sombreada representa o intervalo de confiança do efeito médio geral, servindo como referência.

O efeito marginal isolado, contudo, é insuficiente para um teste robusto da hipótese. A influência total de um grupo de interesse não depende apenas da *eficácia* de cada reunião, mas também da sua capacidade de assegurar *acesso* – isto é, o volume de reuniões que consegue realizar. Argumentamos que o impacto total é uma função dessas duas componentes: a frequência do acesso e a eficácia da persuasão em cada encontro.

Para capturar essa dualidade, adotamos uma estratégia de modelagem em duas etapas que decompõe o processo de lobby da seguinte forma:

- **Acesso (Frequência):** O processo pelo qual um lobista garante reuniões com os MPEs. Esta etapa, modelada com uma regressão Binomial Negativa, responde à pergunta: *"Quantas reuniões um determinado lobista consegue obter?"*
- **Persuasão (Eficácia):** O processo pelo qual um lobista utiliza uma reunião para influenciar a atividade de um MPE. Esta etapa, modelada com PPML, responde à pergunta: *"Quão eficaz é uma única reunião para gerar atividade parlamentar?"*

Esta abordagem permite-nos decompor e compreender os mecanismos através dos quais diferentes atores exercem influência.

Para estimar o volume de reuniões (Acesso) - Etapa 1 -, utilizamos um modelo de regressão Binomial Negativo, apropriado para dados de contagem com sobre-dispersão. A variável dependente é o número de reuniões que um lobista realiza, e as variáveis explicativas incluem o orçamento de lobby, a categoria do ator (ONG, Empresa, Outros) e um termo de interação entre orçamento e categoria, além de controlos setoriais e geográficos. Os resultados completos são apresentados na Tabela ??.

O coeficiente de interação entre ser uma empresa e o orçamento de lobby é particularmente revelador. Um resultado positivo e estatisticamente significativo para este termo indica que as empresas não só tendem a realizar mais reuniões em média, mas também demonstram uma "eficiência alocativa" superior: cada aumento percentual no seu orçamento se traduz num aumento maior no número

de reuniões em comparação com as ONGs. A Figura 16 ilustra essa dinâmica, mostrando o número esperado de reuniões em função do orçamento.

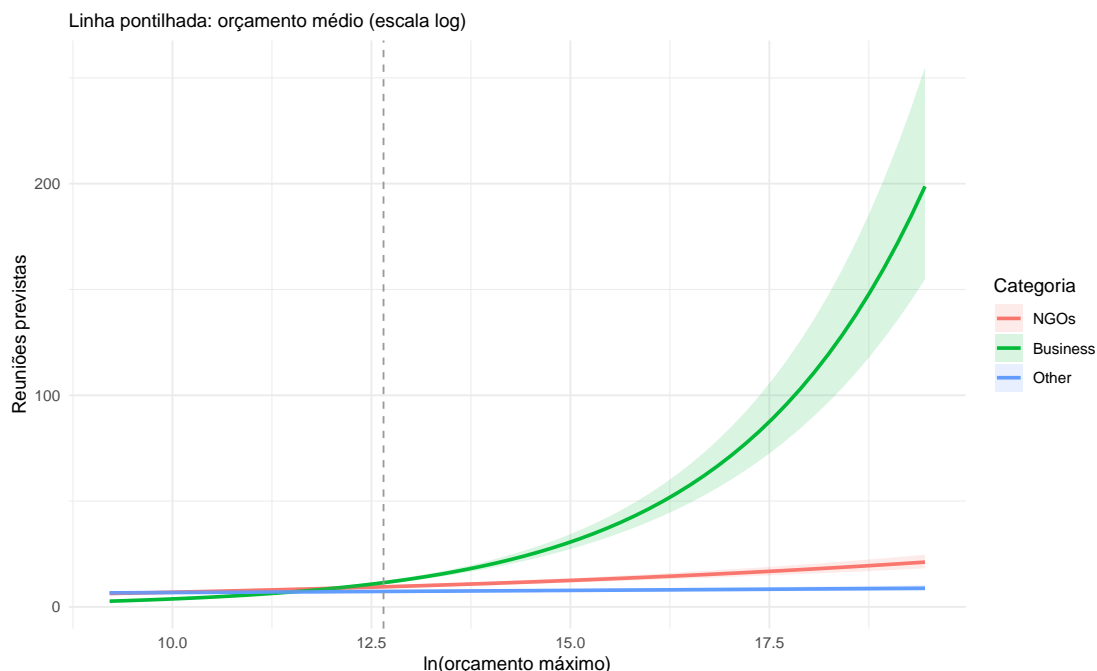


Figura 16 – Previsão do número de reuniões por categoria e orçamento
Nota: O gráfico exibe o número esperado de reuniões (eixo Y) em função do logaritmo do orçamento de lobby (eixo X), com base no modelo Binomial Negativo. As curvas representam a previsão para cada categoria de ator, mantendo as demais variáveis em seus valores médios ou modais. A linha tracejada vertical indica o orçamento médio na amostra. As áreas sombreadas correspondem aos intervalos de confiança de 95%.

Observa-se um ponto de inflexão: abaixo de um orçamento de aproximadamente \$27.000 ($\approx e^{10.2}$), as ONGs tendem a realizar mais reuniões. Acima desse limiar, a capacidade das empresas de converter recursos financeiros em acesso torna-se proeminente, e a disparidade cresce exponencialmente com o orçamento.

Para estimar o efeito agregado (Etapa 2), combinamos os resultados das duas etapas, multiplicando o número esperado de reuniões (o *Acesso*, da Etapa 1) pelo efeito marginal por reunião (a *Persuasão*, da Figura 15) para cada categoria de ator e nível de orçamento. O resultado, ilustrado na Figura 17, representa uma aproximação de primeira ordem do impacto total do lobby.

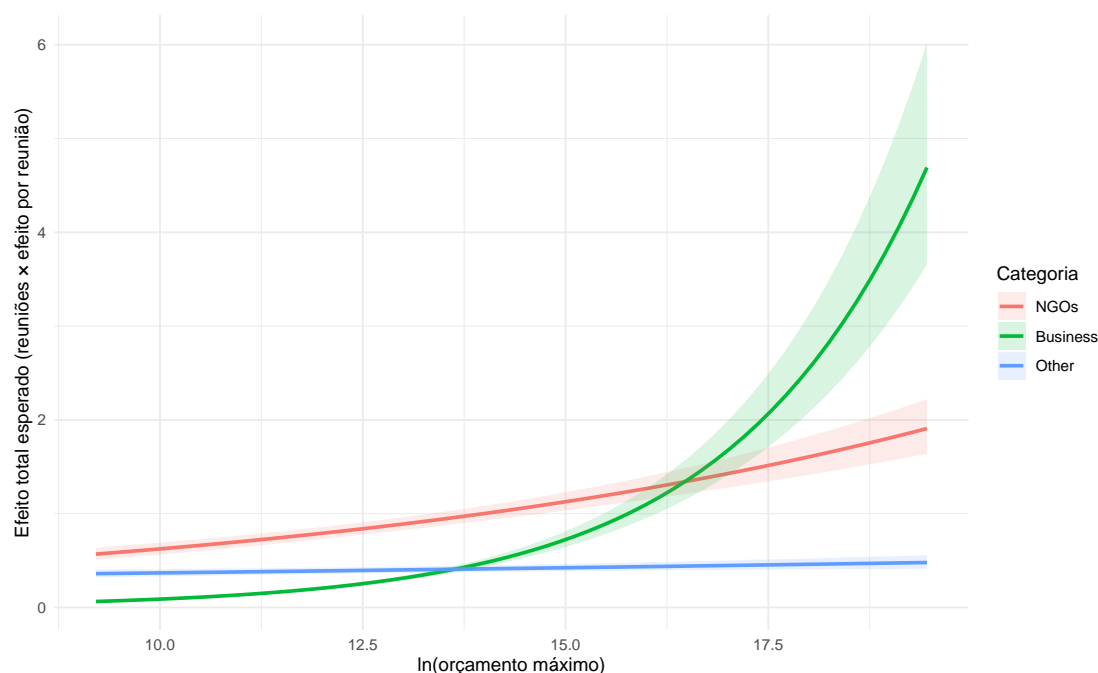


Figura 17 – Efeito total estimado por categoria e orçamento

Nota: O gráfico representa o efeito total esperado, calculado como o produto do número previsto de reuniões (da Figura 16) e do coeficiente de efeito marginal por reunião (da Figura 15). O eixo Y representa o aumento esperado no número de perguntas parlamentares.

A análise do efeito total revela uma relação complexa e não-linear. Embora uma única reunião com uma ONG seja, em média, mais influente, a superioridade das empresas em garantir um grande volume de acesso, especialmente quando dispõem de orçamentos elevados, reverte essa vantagem. Para orçamentos abaixo de \$8,8 milhões ($\approx e^{16}$), o efeito total das ONGs permanece superior. No entanto, acima de \$40 milhões ($\approx e^{17.5}$), o efeito agregado das empresas torna-se substancialmente maior.

Estes resultados oferecem um suporte nuancado à Hipótese 2 e dialogam diretamente com a literatura sobre os mecanismos de influência do lobby. A influência das empresas não é incondicionalmente superior, mas torna-se dominante quando alavancada por vastos recursos financeiros, um achado que se alinha com a discussão sobre a desigualdade de representação (MAHONEY, 2007). A decomposição do efeito em "acesso" e "persuasão" permite-nos explorar as diferentes naturezas dos

recursos mobilizados pelos atores, conforme aponta a literatura (FIGUEIREDO; RICHTER, 2014; POP, 2013).

A maior eficácia marginal por reunião das ONGs pode ser interpretada à luz do seu capital reputacional e da sua legitimidade percebida (BUNEA, 2018). Do ponto de vista do comportamento parlamentar, interagir com ONGs pode ser uma estratégia de *vote-seeking* para os MPEs, que buscam sinalizar alinhamento com causas de interesse público e, assim, aumentar seu apelo eleitoral (IBENSKAS; BUNEA, 2021; MAYHEW, 2004).

Por outro lado, a capacidade das grandes corporações de converter recursos financeiros em um volume massivo de acesso aponta para outro mecanismo de influência: a subsidiação de informação. Para atingir seus objetivos de carreira (*career-seeking*) e de formulação de políticas (*policy-seeking*), os parlamentares necessitam de informação técnica e especializada (DANIEL, 2015; KLÜVER, 2012). As grandes empresas, com seus recursos, estão em posição privilegiada para fornecer este subsídio informacional, estabelecendo uma relação de troca (HUWYLER; TURNER-ZWINKELS; BAILER, 2023) que lhes garante um acesso privilegiado e contínuo. Assim, a capacidade de "saturar" o ambiente informacional com interações frequentes parece ser um fator decisivo para a sua influência agregada.

É importante notar que esta abordagem metodológica assenta na premissa de *separabilidade* entre os processos de "acesso" e "persuasão". Esta premissa implica que, após controlarmos pelas variáveis observáveis (como o orçamento), os fatores não observados que tornam um lobista eficaz em garantir reuniões são estatisticamente independentes dos fatores não observados que o tornam influente durante essas reuniões. A suposição de separabilidade poderia ser violada se, por exemplo, uma "qualidade" ou "reputação" intrínseca do lobista, não capturada pelo modelo, afetasse simultaneamente a sua capacidade de agendar reuniões e a receptividade dos parlamentares às suas propostas. Nesse cenário, a multiplicação dos efeitos poderia levar a uma estimativa enviesada do impacto total.

Em suma, os resultados indicam que, embora o discurso das ONGs possa ter maior ressonância por interação, a capacidade financeira das grandes empresas permite-lhes superar essa desvantagem através de uma presença quantitativamente

esmagadora, confirmando a importância crítica dos recursos na determinação da influência política.

2.3.0.2 TESTE DA HIPÓTESE 3: O EFEITO DO LOBBY EM TEMAS SALIENTES

A Hipótese 3 postula que, em temas de maior saliência, o lobby exercido por organizações não empresariais (como as ONGs) tem uma maior probabilidade de influenciar a atividade legislativa dos MPEs em comparação com o lobby de organizações empresariais. A lógica subjacente é que, quando um tema está sob intenso escrutínio público, os parlamentares se tornam mais sensíveis a argumentos que ressoam com a opinião pública e a interesses difusos, frequentemente representados por ONGs.

Para testar esta hipótese, mantivemos a estrutura do modelo PPML com efeitos fixos, garantindo a consistência com as análises anteriores. A principal diferença metodológica foi a introdução de uma variável para capturar a saliência de um tema e a sua interação com os diferentes tipos de lobistas.

A saliência foi operacionalizada como uma proxy baseada na intensidade da atividade de lobby, uma abordagem que encontra respaldo na literatura (BAUMGARTNER; JONES, 2010). Especificamente, criamos uma variável (*saliency_std*) que mede o volume total de reuniões de lobby dentro de cada domínio temático para cada período mensal, padronizada para ter média zero e desvio padrão um. Um valor mais alto nesta variável indica que um tema atraiu mais atenção de todos os grupos de interesse, sendo, portanto, considerado mais saliente.

O modelo econométrico foi então especificado para incluir termos de interação entre cada categoria de lobista (Empresa, ONG, Outros) e a variável de saliência, apresentado na Equação 1.6. Esta especificação permite-nos estimar como o efeito marginal de uma reunião de cada tipo de ator varia em função do nível de saliência do tema. Os resultados da regressão estão sumarizados na Tabela ?? e visualizados no gráfico de efeitos marginais na Figura 18.

A análise revela um padrão complexo que contradiz parcialmente, mas também enriquece, a Hipótese 3. Contrariamente à expectativa de que o efeito das ONGs aumentaria com a saliência, observamos que o efeito marginal de uma reunião

PPML com Interação (H3)	
Empresa (base)	0,035*** (0,006)
ONG (base)	0,090*** (0,006)
Outros (base)	0,032** (0,010)
Empresa x Saliência	−0,022*** (0,005)
ONG x Saliência	−0,016* (0,007)
Outros x Saliência	−0,024* (0,011)
Num.Obs.	600 237
R2	0,253
RMSE	0,56
Std.Errors	by: cl_dt
FE: fe_ct	X
FE: fe_pt	X
FE: fe_dt	X
+ p <0,1, * p <0,05, ** p <0,01, *** p <0,001	

diminui para todos os grupos à medida que um tema se torna mais saliente (coeficiente negativo para todos os grupos nas variáveis de interação). Este achado está em forte alinhamento com a literatura, que sugere que a influência do lobby direto decresce quando a opinião pública e a atenção da mídia se intensificam, forçando os parlamentares a se alinharem a considerações eleitorais mais amplas (MAHONEY, 2007; KOLLMAN, 1998).

No entanto, a análise revela uma heterogeneidade crucial na taxa dessa diminuição. Três pontos principais se destacam na Figura 18. Em temas de baixa saliência (à esquerda do gráfico), o efeito das ONGs é similar estatisticamente ao de empresas e outros atores. Isso pode ser observado pela intersecção das áreas sombreadas

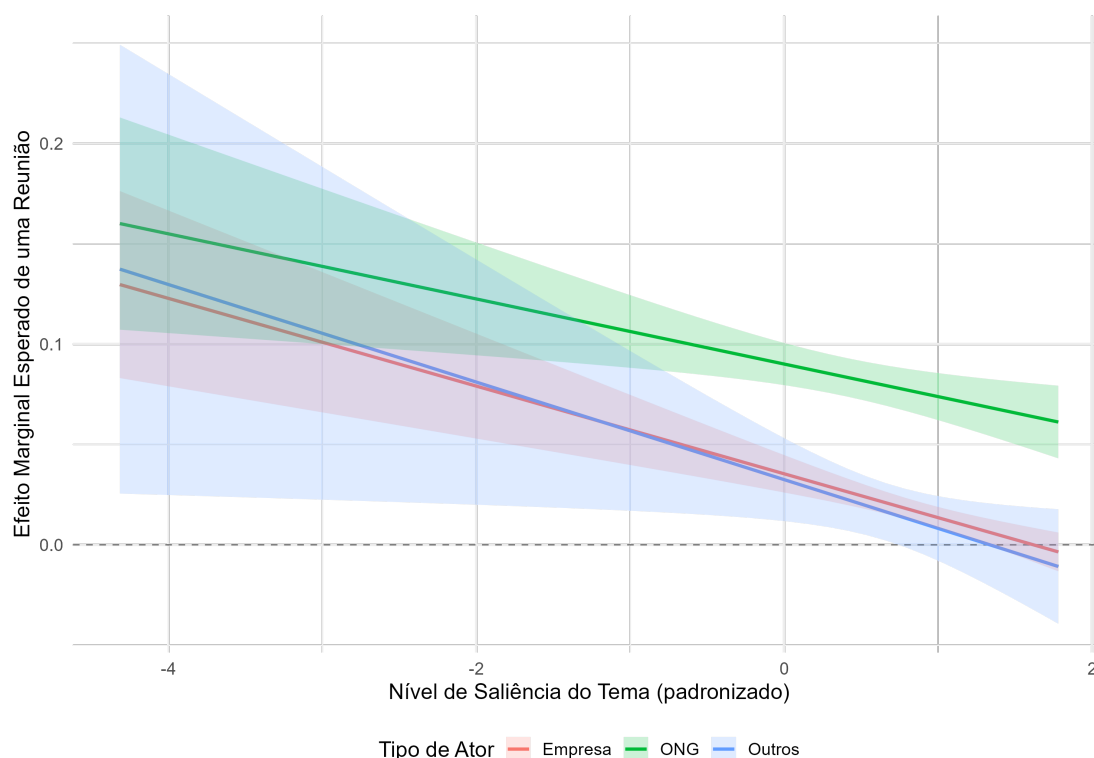


Figura 18 – Efeito do Lobby Condicional à Saliência do Tema

Nota: O gráfico exibe o efeito marginal esperado de uma única reunião sobre o número de perguntas parlamentares (eixo Y) em diferentes níveis de saliência do tema (eixo X). As linhas representam a estimativa para cada categoria de ator, e as áreas sombreadas correspondem aos intervalos de confiança de 95%, calculados via bootstrap.

das linhas, que indicam o intervalo de confiança de 95% das estimativas.

À medida que a saliência aumenta (movendo-se para a direita no gráfico), a vantagem comparativa das ONGs se acentua significativamente. O efeito do lobby de empresas e de outros atores decai rapidamente, enquanto o efeito das ONGs se mostra muito mais resiliente, diminuindo a uma taxa consideravelmente menor.

Em temas de alta saliência, onde a influência de empresas e outros grupos se torna estatisticamente indistinguível de zero (seus intervalos de confiança cruzam a linha pontilhada), o efeito das ONGs permanece positivo, robusto e estatisticamente significativo. É precisamente neste contexto de maior escrutínio público que a sua influência relativa se torna mais pronunciada.

Os resultados validam a Hipótese 3. Em temas de maior saliência, o lobby de organizações não empresariais é, de fato, mais eficaz em aumentar a atividade parlamentar em comparação com o lobby empresarial. A nuance importante é que essa maior eficácia não se manifesta como um aumento absoluto do efeito, mas sim como uma resiliência superior à pressão do escrutínio público, o que amplia a sua vantagem comparativa.

Esta descoberta dialoga diretamente com a teoria sobre os recursos do lobby e os incentivos parlamentares. Em temas de baixa saliência, os parlamentares, focados em seus objetivos de formulação de políticas (*policy-seeking*), podem valorizar o subsídio informacional técnico fornecido por empresas. Contudo, quando um tema ganha visibilidade, os incentivos de reeleição (*vote-seeking*) tornam-se dominantes (MAYHEW, 2004). Nesse contexto, alinhar-se a interesses empresariais pode ter um custo político elevado, enquanto responder a ONGs, que detêm maior capital de legitimidade (BUNEA, 2018), reforça a imagem pública do parlamentar.

Os achados confirmam que a influência do lobby é altamente contextual e que, sob o escrutínio público, a vantagem se desloca para os atores percebidos como representantes de interesses mais amplos e difusos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, J. E. A theoretical foundation for the gravity equation. *The American Economic Review*, JSTOR, v. 69, n. 1, p. 106–116, 1979. ISSN 00028282. 6

AUSTEN-SMITH, D.; WRIGHT, J. R. Theory and evidence for counteractive lobbying. *American Journal of Political Science*, JSTOR, v. 40, n. 2, p. 543–564, 1996. 3

BACHRACH, P.; BARATZ, M. Two faces of power, in "american political science review", 56. *American Political Science Review*, 1962. 3

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. *Agendas and instability in American politics*. [S.l.]: University of Chicago Press, 2010. 45

BERTRAND, M.; BOMBARDINI, M.; TREBBI, F. Is it whom you know or what you know? an empirical assessment of the lobbying process. *American Economic Review*, American Economic Association 2014 Broadway, Suite 305, Nashville, TN 37203, v. 104, n. 12, p. 3885–3920, 2014. 3

BEVAN, S.; BORGHETTO, E.; SEEBERG, H. Do different parties respond to different problems? a comparative study of parliamentary questions across multiple countries. *Journal of European Public Policy*, Taylor & Francis, v. 31, n. 7, p. 1856–1878, 2023. 5

BUNEA, A. Legitimacy through targeted transparency? regulatory effectiveness and sustainability of lobbying regulation in the european union. *European Journal of Political Research*, Wiley Online Library, v. 57, n. 2, p. 378–403, 2018. 44, 48

CALDEIRA, G. A.; HOJNACKI, M.; WRIGHT, J. R. The lobbying activities of organized interests in federal judicial nominations. *Journal of Politics*, Wiley Online Library, v. 62, n. 1, p. 51–69, 2000. 3

DANIEL, W. T. *Career behaviour and the European parliament: All roads lead through Brussels?* [S.l.]: Oxford University Press, 2015. 44

DÜR, A. Measuring interest group influence in the EU: A note on methodology. v. 9, n. 4, p. 559–576, 2008. ISSN 1465-1165, 1741-2757. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1465116508095151>>. 4, 5

- FIGUEIREDO, J. M. D.; RICHTER, B. K. Advancing the empirical research on lobbying. v. 17, n. 1, p. 163–185, 2014. ISSN 1094-2939, 1545-1577. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-polisci-100711-135308>>. 3, 4, 5, 44
- FORDHAM, B. O.; MCKEOWN, T. J. Selection and influence: Interest groups and congressional voting on trade policy. *International Organization*, Cambridge University Press, v. 57, n. 3, p. 519–549, 2003. 4
- GAWANDE, B. K.; KRISHNA, P.; OLARREAGA, M. Lobbying competition over trade policy. *International Economic Review*, Wiley Online Library, v. 53, n. 1, p. 115–132, 2012. 3
- HOJNACKI, M.; KIMBALL, D. C. Pac contributions and lobbying contacts in congressional committees. *Political Research Quarterly*, University of Utah 260 SO. Central Campus Drive, RM. 252, Salt Lake City ..., v. 54, n. 1, p. 161–180, 2001. 3
- HOLYOKE, T. T. Choosing battlegrounds: Interest group lobbying across multiple venues. *Political Research Quarterly*, Sage Publications Sage CA: Thousand Oaks, CA, v. 56, n. 3, p. 325–336, 2003. 3
- HUWYLER, O.; MARTIN, S. Interest group tactics and legislative behaviour: how the mode of communication matters. *Journal of European Public Policy*, v. 29, n. 8, p. 1268–1287, AUG 3 2022. ISSN 1350-1763. 5
- HUWYLER, O.; TURNER-ZWINKELS, T.; BAILER, S. No representation without compensation: The effect of interest groups on legislators' policy area focus. v. 76, n. 3, p. 1388–1402, 2023. ISSN 1065-9129, 1938-274X. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10659129221137035>>. 44
- IBENSKAS, R.; BUNEA, A. Legislators, organizations and ties: Understanding interest group recognition in the european parliament. *European Journal of Political Research*, v. 60, p. 560–582, 8 2021. ISSN 0304-4130. 44
- JENSEN, C. B.; PROKSCH, S.-O.; SLAPIN, J. B. Parliamentary questions, oversight, and national opposition status in the european parliament. *Legislative Studies Quarterly*, Wiley Online Library, v. 38, n. 2, p. 259–282, 2013. 4
- KELLEHER, C. A.; YACKEE, S. W. A political consequence of contracting: Organized interests and state agency decision making. *Journal of public administration research and theory*, Oxford University Press, v. 19, n. 3, p. 579–602, 2009. 3

- KLÜVER, H. Informational lobbying in the european union: The effect of organisational characteristics. v. 35, n. 3, p. 491–510, 2012. ISSN 0140-2382, 1743-9655. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402382.2012.665737>>. 44
- KLÜVER, H.; BRAUN, C.; BEYERS, J. Legislative lobbying in context: towards a conceptual framework of interest group lobbying in the european union. *Journal of European Public Policy*, Taylor & Francis, v. 22, n. 4, p. 447–461, 2015. 5
- KOLLMAN, K. *Outside lobbying: Public opinion and interest group strategies*. [S.l.]: Princeton University Press, 1998. 3, 4, 46
- KOOP, C. Explaining accountability of independent agencies: The importance of political salience. *Journal of Public Policy*, Cambridge University Press, v. 31, n. 2, p. 209–234, 2011. 5
- MAHONEY, C. Lobbying success in the united states and the european union. v. 27, n. 1, p. 35–56, 2007. ISSN 0143-814X, 1469-7815. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0143814X07000608/type/journal_article>. 43, 46
- MARICUT-AKBIK, A. Q&a in legislative oversight: A framework for analysis. *European Journal of Political Research*, Wiley Online Library, v. 60, n. 3, p. 539–559, 2020. 4
- MARSHALL, D. Who to lobby and when: Institutional determinants of interest group strategies in european parliament committees. *European Union Politics*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 11, n. 4, p. 553–575, 2010. 3, 5
- MARTIN, S. *Parliamentary questions (Comparative Assessment of Parliaments Note)*. [S.l.], 2013. 4, 5
- MAYHEW, D. R. *Congress: The electoral connection*. [S.l.]: Yale university press, 2004. 44, 48
- MCCUBBIN, M. D.; SCHWARTZ, T. Congressional oversight overlooked: Police patrols and fire alarms. *American Journal of Political Science*, JSTOR, v. 28, n. 1, p. 165–179, 1984. 5
- NAVARRO, J.; KELBEL, C. Banking on meps? the strategic and partisan motivations of the parliamentary scrutiny of the european central bank. *International Journal of Parliamentary Studies*, v. 2, n. 2, p. 176–201, 2022. 5
- OTJES, S.; LOUWERSE, T. Parliamentary questions as strategic party tools. *West European Politics*, Taylor & Francis, v. 41, n. 2, p. 496–516, 2017. 5

POP, A.-L. Lobbying the european union: Institutions, actors and issues. *Romanian Journal of European Affairs*, v. 13, p. 83, 2013. 44

PROKSCH, S.-O.; SLAPIN, J. B. Parliamentary questions and oversight in the european union. *European Journal of Political Research*, Wiley Online Library, v. 50, n. 1, p. 53–79, 2010. 5

SAALFELD, T. Members of parliament and governments in western europe: Agency relations and problems of oversight. *European Journal of Political Research*, Wiley Online Library, v. 37, n. 3, p. 353–376, 2000. 5

SILVA, J. M. C. S.; TENREYRO, S. The log of gravity. *The Review of Economics and Statistics*, MIT Press, v. 88, n. 4, p. 641–658, 2006. 6

STRØM, K. Delegation and accountability in parliamentary democracies. *European Journal of Political Research*, Wiley Online Library, v. 37, n. 3, p. 261–289, 2000. 5